

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ – REITORIA DE PESQUISA E PÓS – GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM TURISMO E HOSPITALIDADE –
MESTRADO**

FELIPE DECOL

**TURISMO DE AVENTURA EM TRÊS COROAS: ANÁLISE A PARTIR DOS CRITÉRIOS
DO *ADVENTURE TOURISM DEVELOPMENT INDEX***

**CAXIAS DO SUL
2016**

FELIPE DECOL

**TURISMO DE AVENTURA EM TRÊS COROAS: ANÁLISE A PARTIR DOS
CRITÉRIOS DO *ADVENTURE TOURISM DEVELOPMENT INDEX***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado, da Universidade de Caxias do Sul como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientadora Prof.^a Dr.^a. Rosane Maria Lanzer.

**CAXIAS DO SUL
2016**

D296t Decol, Felipe

TURISMO DE AVENTURA EM TRÊS COROAS: ANÁLISE A
PARTIR DOS CRITÉRIOS DO ADVENTURE TOURISM
DEVELOPMENT INDEX / Felipe Decol. – 2016.

83 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa
de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2016.

Orientação: Rosane Maria Lanzer.

1. Turismo 2. Turismo Alternativo 3. Turismo de Aventura. I. Lanzer,
Rosane Maria, orient. II. Título.

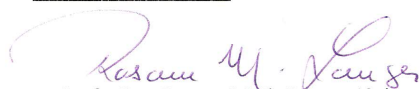
**“Turismo de aventura em Três Coroas: análise a partir dos critérios
do Adventure Tourism Development Index”**

Felipe Decol

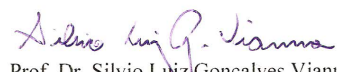
Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado e Doutorado, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional do Turismo.


Caxias do Sul, 08 de junho de 2016.

Banca Examinadora:


Profª. Dra. Rosane Maria Lanzer (Orientadora)
Universidade de Caxias do Sul


Prof. Dr. Eurico de Oliveira Santos
Universidade de Caxias do Sul


Prof. Dr. Silvio Luiz Gonçalves Vianna
Universidade de Caxias do Sul


Profª. Dra. Gisele Silva Pereira
Universidade Federal de Pelotas

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Helder e Zeni, minha irmã Gabriela, minha namorada Raquel e aos meus amigos. Agradeço também aos professores que convivi no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da UCS, principalmente à minha orientadora, Prof^a Dr^a. Rosane Maria Lanzer, por todo o apoio e dedicação durante estes dois anos. À Capes por tornar o mestrado possível.

Obrigado.

RESUMO

O turismo de aventura, visto como forma de turismo alternativo, deve seguir os princípios da sustentabilidade. A cidade de Três Coroas utiliza-se de seus recursos naturais na promoção do turismo de aventura. Entre as modalidades de turismo de aventura existentes no município, o *rafting* é predominante, e identificar como esta atividade se desenvolve é relevante para o desenvolvimento do turismo local. O estudo teve por objetivo avaliar a sustentabilidade das atividades do turismo de aventura em Três Coroas, a exemplo do *rafting*, utilizando critérios do Adventure Tourism Development Index (ATDI). Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas, observação participante e pesquisas bibliográficas. As entrevistas foram realizadas com cinco empresários das operadoras de turismo de aventura e com o diretor de turismo do município. Os dados coletados foram utilizados para a avaliação e classificação do turismo de aventura do município. A análise destes dados foi feita por meio dos critérios do ATDI. Foram avaliadas como positivas a relação entre o poder público e os empresários, que colocam o turismo como fator estratégico para o desenvolvimento do município, as boas condições da qualidade dos serviços e da infraestrutura. As deficiências foram encontradas na falta de controle sobre a capacidade de carga suportada pelo ambiente, problemas com a poluição do rio Paranhana, utilizado nas atividades de turismo, e carência de serviços básicos que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do turismo, como saneamento básico e saúde. A diversificação das atividades por meio de investimento em novos segmentos de turismo alternativo podem significar melhor aproveitamento do fluxo turístico do município.

Palavras-chave: Turismo; turismo alternativo; turismo de aventura.

ABSTRACT

Adventure tourism, as a form of alternative tourism, should follow the principles of sustainability. The city of Três Coroas uses natural resources to promote adventure tourism. Among the existing adventure tourism activities in the city, the rafting is the more relevant activity to the development of local tourism. The research's objective was assess the sustainability of adventure tourism activities in the city of Três Coroas, using the pillars of Adventure Tourism Development Index (ATDI). The survey data were collected by interviews, participant observation and literature research. The interviews were conducted with five businessmen of adventure tourism and the municipal tourism director. The collected data were used for the assessment and classification of Três Coroas' adventure tourism, by the criteria of the Adventure Tourism Development Index. The relationship between public authorities and entrepreneurs, who put tourism as a strategic factor for the city's development, the quality of services, and the infrastructure were assessed as positive. The lack of control, over the carrying capacity supported by the environment, insufficient basic services, that are essential to the sustainable development of tourism, such as basic sanitation and health, and the Paranhana's river pollution problems were classified as negative. The tourism diversification by investing in new alternative tourism segments can mean better utilization of the tourist flow in the city.

Keywords: Tourism; alternative tourism; adventure tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação da hierarquia na relação entre o turismo alternativo, turismo de natureza e seus segmentos.....	23
Figura 2 – Localização do município de Três Coroas no mapa do Estado do Rio Grande do Sul.....	37
Figura 3 – Templo budista Chagdud Gonpa Khadro Ling, Três Coroas – RS.....	45
Figura 4 – Instalações do <i>Raft Adventure Park</i> , Três Coroas – RS.....	46
Figura 5 – Turistas recebendo instruções e paramentados com equipamentos de segurança no Parque das Laranjeiras, Três Coroas – RS.....	48
Figura 6 – Rio Paranhana, recurso natural utilizado para turismo de aventura em Três Coroas – RS.....	50
Figura 7 – <i>Duck</i> nas águas do rio Paranhana, Três Coroas – RS.....	54
Figura 8 – Campeonato Mundial de Canoagem de 1997, realizado no rio Paranhana, Três Coroas – RS.....	54
Figura 9 – <i>Rafting</i> no rio Paranhana, Três Coroas – RS.....	55
Figura 10 – Placa indicativa das atividades oferecidas no <i>Raft Adventure Park</i> , Três Coroas – RS.....	57
Figura 11 – Parque das Laranjeiras, Três Coroas – RS.....	60
Figura 12 – Restaurante especializado na culinária tibetana, Três Coroas – RS...	61
Figura 13 – Vista da disposição dos veículos devido à ausência de demarcação de área para estacionamento, Parque das Laranjeiras, Três Coroas – RS.....	61
Figura 14 – Brasil <i>Raft Park</i> , Três Coroas – RS.....	62
Figura 15 – Utilização da imagem da natureza em propaganda de eventos promovidos pelo município de Três Coroas – RS. (a) Desafios da Natureza e (b) Trilha Cidade Verde.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições de ecoturismo a partir de diferentes autores.	26
Quadro 2 – 10 <i>Pillars of Adventure Tourism Market Competitiveness</i> da <i>Adventure Tourism Development Index</i>	40
Quadro 3 – Relação entre itens da <i>Adventure Tourism Development Index</i> – ATDI e as questões correspondentes nos instrumentos de pesquisa.....	41
Quadro 4 – Avaliação do turismo de aventura de Três Coroas – RS, com base nos critérios do <i>Adventure Tourism Development Index</i>	67

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AHSEB	Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia
ASTECA	Associação Trescoroense de Canoagem
ATDI	<i>Adventure Tourism Development Index</i>
ATTA	<i>Adventure Travel Trade Association</i>
CBCa	Confederação Brasileira de Canoagem
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IRF	<i>Internacional Rafting Federation</i>
NBR	Norma Brasileira
OMS	Organização Mundial de Saúde
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UNWTO	<i>United Nations World Tourism Organization</i>
WCED	<i>World Commission on Environmental and Development</i>
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 TURISMO, MASSIFICAÇÃO E IMPACTO.....	13
2.2 TURISMO ALTERNATIVO E SUSTENTABILIDADE.....	18
2.2.1 Turismo De Natureza	22
2.2.1.1 Ecoturismo.....	25
2.2.1.2 Turismo de Aventura e <i>Adventure Tourism Development Index</i> (Índice de desenvolvimento do turismo de aventura).....	29
2.2.1.2.1 <i>Rafting</i>	34
3 MÉTODO	36
3.1 ÁREA DE ESTUDO.....	36
3.2 COLETA DE DADOS.....	37
3.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	39
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	43
4.2 SEGURANÇA E SAÚDE.....	46
4.3 RECURSOS NATURAIS.....	49
4.4 RECURSOS DE AVENTURA.....	53
4.5 EMPREENDEDORISMO.....	55
4.6 DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	58
4.7 INFRAESTRUTURA.....	59
4.8 MARCA.....	63
4.9 AVALIAÇÃO DO TURISMO DE AVENTURA.....	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA: EMPRESAS TURÍSTICAS	81
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE PESQUISA: DIRETOR DE TURISMO DE TRÊS COROAS, RIO GRANDE DO SUL	82
APÊNDICE C – CHECKLIST UTILIZADO NA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	83

1 INTRODUÇÃO

Desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem o comprometimento das necessidades das gerações futuras (WCED, 1987; WWF, 2015). Esta é condição básica para o turismo alternativo, que surge como opção ao turismo de massa e seu modelo de desenvolvimento que explora as áreas onde está inserido, causando impactos que esgotam os recursos naturais. As formas de turismo alternativo são desenvolvidas visando a manutenção do equilíbrio entre o turismo e o espaço, numa amplitude social, econômica e ambiental. Planejamento, definição de capacidade de carga, alto grau de desenvolvimento humano, educação dos atores envolvidos, infraestrutura adequada para o turismo são alguns pontos essenciais para se alcançar esse objetivo. Dessa maneira, a exploração turística poderia servir como meio de preservação dos recursos naturais, culturais, arquitetônicos artísticos, entre outros.

A exploração do turismo em espaços naturais, por meio das formas de turismo alternativo, pode significar desenvolvimento social e econômico para as comunidades locais aliada à valorização do patrimônio ambiental e sua consequente preservação. Os segmentos de turismo alternativo são diversos, assim como suas nomenclaturas, porém, todos têm em comum a sustentabilidade. O turismo de natureza ou *nature-based-tourism* consiste em um termo genérico, que comporta diversas formas de turismo que têm na natureza sua principal motivação.

A partir da reflexão da importância da sustentabilidade no desenvolvimento do turismo de natureza, procurou-se para este estudo uma localidade onde as atividades de turismo fossem predominantemente ligadas à natureza. O desenvolvimento do turismo em Três Coroas – RS é voltado para as atividades de turismo de aventura, principalmente o rafting. As características do relevo e das correntezas do rio são próprias para prática de atividades como *mountain bike down hill*, rapel, arvorismo, escalada, *rafting* e canoagem.

A partir do entendimento da sustentabilidade como fator fundamental para o desenvolvimento de qualquer atividade turística, especialmente, de formas que têm como principal motivação a natureza, surgiu a seguinte pergunta de pesquisa: O turismo de aventura desenvolvido em Três Coroas, atende aos princípios da sustentabilidade?

A escolha desta localidade se deu devido à observação da publicidade turística do município, que busca evidenciar temas como contato com a natureza, preservação do meio ambiente e sustentabilidade.

Utilizou-se como parâmetros para a sustentabilidade os mesmos princípios

utilizados para a construção do *Adventure Tourism Development Index* (ATDI – Índice de desenvolvimento do Turismo de Aventura). Um relatório que avalia e ranqueia o turismo de aventura de 191 países baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável. É fruto de uma ação conjunta entre a *Adventure Travel Trade Association* (ATTA), com sede nos Estados Unidos, que representa empresas relacionadas com atividades de turismo de aventura por todo o mundo e a *George Washington University*. A partir do problema de pesquisa e da importância da sustentabilidade no conceito de turismo alternativo elaborou-se o objetivo geral da pesquisa: avaliar a sustentabilidade das atividades do turismo de aventura em Três Coroas utilizando critérios do ATDI.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TURISMO, MASSIFICAÇÃO E IMPACTO

As características do modelo de turismo atual, classificado como fenômeno de massas, devem-se à Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra do final do século XVIII, introduzindo na “[...] sociedade moderna um modelo econômico que tem como seu objetivo principal a geração de renda, por meio da expropriação e exploração dos recursos naturais” (DIAS, 2003, p. 12).

Desde os anos 1960 o turismo de sol e praia é o exemplo que melhor retrata a relação entre turismo e natureza, entretanto, como outras formas de desenvolvimento, pode provocar problemas, tais como o deslocamento social, perda de patrimônio cultural, dependência econômica e degradação ecológica. Como consequência, surge a ideia de que a exploração indiscriminada e sem planejamento dos recursos naturais pode gerar graves e irreparáveis impactos negativos (PEÑALVER TORRES, 1998).

O questionamento a respeito dos impactos causados pela ação do homem sobre o planeta passa a ser maior na década de 1970. Realizada na Suécia, no período de 5 a 16 de junho de 1972 a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, conhecida como “Conferência de Estocolmo” reuniu representantes de 113 nações e foi o primeiro grande encontro internacional para a discussão dos problemas ambientais. Nela se discutiu e consolidou a relação entre desenvolvimento e meio ambiente.

No ano de 1972, o Banco Mundial passa a se preocupar mais com o impacto causado pelo turismo. Alguns aspectos passam a ser considerados para a avaliação dos possíveis impactos causados pelos empreendimentos financiados pela instituição, como

estâncias hidrominerais, hotéis e resorts, que geralmente eram construídos em áreas naturais. Dentre estes aspectos há questionamentos sobre impacto causado pela densidade de turistas; a compatibilidade do design dos projetos a serem construídos com as áreas em que seriam inseridos, a possível poluição visual e sonora causada pela construção, além é claro da poluição causada por esgoto e dejetos dispensados pelo empreendimento. Os problemas socioculturais incluíam a intromissão do projeto na forma de vida das pessoas do local e a apropriação, por terceiros, de locais que até então eram comuns a todos os moradores (DIAS, 2003).

No turismo ocorre o paradoxo em que o principal prejudicado pelos problemas que gera é ele mesmo (BOULLÓN, 2003). Esse tipo de problema dificilmente será encontrado pela indústria, cujo impacto negativo sempre se dá sobre os demais: as populações e o meio ambiente (JOAQUIM, 1997). Boullón (2003) atribui à renda gerada pelo turismo de massa a causa dos inúmeros impactos, prejudiciais ao meio ambiente, a quem nele vive e à própria atividade turística. Afirma que parece existir a ideia de que sempre haverá novos lugares e novas paisagens a serem exploradas e a isso, alia-se uma certa inocência, ignorância e muita inconsequência que convergem para uma atividade autodestrutiva, que consome de maneira impensada sua fonte de geração de riquezas.

A ilha *Roatan*, em Honduras é um exemplo de impactos provocados pelo turismo. Faz parte do conjunto de ilhas conhecido como *Bay Islands*, tem como principal fonte de recursos o turismo – focado principalmente no mergulho, devido à qualidade das águas para essa atividade e da presença de recifes de corais – e mais recentemente com o recebimento de navios de cruzeiro. Com mais de 1 milhão de visitantes no ano de 2011, *Roatan* sofreu com impactos, principalmente sobre o meio ambiente. Mangues e florestas foram destruídos para dar lugar a casas e infraestrutura turística. Socialmente, o turismo trouxe benefícios, porém, o dinheiro gerado pelo turismo não era igualmente dividido, sendo que os donos de empreendimentos turísticos recebiam os lucros enquanto a população sofria com a especulação imobiliária e o acesso cada vez mais difícil aos recursos marinhos (DOIRON; WEISSENBERGER, 2014).

A partir de meados dos anos 1990 foram criadas regulamentações para o turismo, focadas principalmente no âmbito da preservação ambiental. Medidas assim poderiam ser de grande valia para o desenvolvimento da região através do turismo, porém, há falta de fiscalização e conseqüente penalização. No ano de 2006 nenhuma multa por violações ambientais foi aplicada em *Roatan* e a todos os violadores sem antecedentes foram permitidas compensações substitutas (DOIRON; WEISSENBERGER, 2014).

Os produtos turísticos dependem de boas condições do meio ambiente, que forma um subsistema com a população. Este subsistema consome os recursos naturais para sustentar a vida e seu desenvolvimento e dissociar a população local do ambiente dificulta a análise sobre o desenvolvimento do turismo. A participação popular é essencial no planejamento do turismo, e conseqüentemente, na preservação do ambiente (EKINCI, 2014).

O desenvolvimento rápido e não planejado do turismo conduz à massificação, ou seja, a capacidade do turismo de chegar a um local, utilizá-lo até perto de extinguirem-se seus atrativos e sair em busca de outros destinos. Ocorre repentino aumento do número de visitantes sem o planejamento necessário para lidar com as conseqüências do crescimento. A rápida e abundante geração de receitas e postos de trabalho torna-se mais relevante que o estudo e planejamento que poderiam garantir a continuidade da exploração do espaço turístico. Isso cria um círculo vicioso e de tempos em tempos, aparecem novos locais para serem explorados tomando o lugar dos antigos destinos, já saturados. “Não há dúvidas de que a forma como o turismo utiliza o meio ambiente hoje terá conseqüências para o seu uso – e talvez até para sua viabilidade – no futuro” (LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 116).

Para Ruschmann (2001) o início do que se conhece por “turismo de massa” se dá em 1950, tendo como apogeu o período entre 1970-1980:

Esse período é o mais devastador e se caracteriza pelo domínio brutal do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras. Trata-se de uma fase de excessos, acentuada pela qualidade medíocre da arquitetura nas localidades turísticas. Predominam o concreto, o crescimento desordenado, a arquitetura urbana, a falta de controle de efluentes e esgotos, a criação de marinas, de portos artificiais e de estações de esporte de inverno, onde várias construções ruíram por causa da falta de estudos geológicos. Em resumo, um período catastrófico para a proteção do meio ambiente (RUSCHMANN, 2001, p. 21).

Inicialmente, o turismo de massa não foi considerado prejudicial. No início dos anos 1960, o discurso do desenvolvimento através do turismo era incontestável e teve impactos sociais representativos, aumentando a renda das populações locais (JOAQUIM, 1997). Era considerado um meio de desenvolvimento que substituiria a indústria poluidora tradicional por uma atividade limpa. Acreditava-se ainda, que poderia ser alternativa de desenvolvimento para nações com atrativos naturais singulares. (DIAS, 2003).

A comparação do turismo a uma indústria – que possui uma imagem pejorativa de poluidora do meio – encobriu os danos causados pelo turismo sem planejamento, que não

serão obras de chaminés, porém podem ser tão ou mais danosos que essas. O turismo de massa surge da interação entre o sistema econômico capitalista somado a um comportamento individualista e consumista dos turistas – que “Entendem que seu tempo livre é sagrado, [...] além disso, permaneceram pouco tempo – tempo insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural” (RUSCHMANN, 2001, p. 23).

O alto impacto, é causado pela grande quantidade de visitantes que se dirigem a um mesmo local em uma mesma época e a falta de planejamento e estudos de viabilidade e capacidade de carga que o meio ambiente pode suportar. Com a diminuição do número de visitantes, os preços baixam, atraindo novos turistas, em maior número e de menor poder aquisitivo. O excesso de turistas leva ao superdimensionamento dos equipamentos relacionados à superestrutura¹ dos meios turísticos, que ocupam grandes espaços, agredem paisagens e destroem ecossistemas (JOAQUIM, 1997; FEITOSA, 2013; LI, 2014).

Os equipamentos turísticos impactam de maneira significativa, desde sua implantação. São impactos referentes principalmente a questões energéticas – mau uso de recursos naturais – e de gestão de resíduos, gerados em abundância. No estudo de Gössling (2014) sobre consumo de água em empreendimentos turísticos observa-se que num hotel, o consumo de água por acomodação pode variar de 84 até 2.425 litros por hóspede por dia, levando-se em consideração a água utilizada diretamente pelo turista, para consumo, banho, etc. Este cálculo não contabiliza a quantidade água utilizada pelo mesmo turista de forma indireta – água das piscinas, irrigação, limpeza, entre outras formas.

Feitosa (2013), entretanto, destaca fatores positivos provocados pelo turismo como restauração, limpeza e reparos em obras de arte, monumentos e edifícios históricos. Um exemplo de valorização do espaço através do turismo ocorreu na cidade de *Auckland*, na Nova Zelândia, que remodelou e criou uma nova marca, uma nova identidade como centro cultural e econômico através do turismo. Para isso incentivou o turismo, por meio da promoção de eventos de grande porte, como Mundial de *Rugby* e Mundial de Futebol Sub-20. Os investimentos em infraestrutura para realização desses eventos acabaram modificando a paisagem urbana, que remodelada, ajudou a impulsionar o turismo e a economia locais (XIE; GU, 2015).

Na ilha da República de Chipre, as autoridades do país viram a necessidade da

¹ Termo utilizado para caracterizar as instalações de superfície, como edificações e plantas de serviço de apoio governamental, indispensáveis para o desenvolvimento do turismo. São constituídos por meios de hospedagem, alimentação, entretenimento, agenciamento e informações (RUSCHMANN, 2001).

adoção de uma forma de turismo alternativa, pois, o rápido crescimento do turismo trouxe problemas ambientais, sociais, e um problema de imagem de turismo de sol e praia que foi considerado improdutivo para diversificação da segmentação turística e sazonalidade. Nesse caso, porém, influências políticas aliadas à falta de planejamento atuaram como barreiras para a implementação do turismo sustentável. Além disso, as políticas de curto prazo e pró-crescimento concorrem com os investimentos em turismo sustentável, cujos lucros podem necessitar de maior prazo para aparecerem. A ideologia política impacta diretamente no tipo e no ritmo do desenvolvimento do turismo (FARMAKI et al, 2015).

Na década de 1980 surgem novos conceitos relacionados à natureza, sustentabilidade, vida saudável, e aliam-se “[...] às primeiras citações sobre turismo ecológico como uma nova forma redentora da prática utilizada pelo turismo até então desenvolvida” (BEZERRA, 2009, p. 8).

A demanda turística tornou-se mais exigente, variada e variável, tendendo a focar sobre a qualidade e exprimindo as necessidades da cultura e do meio ambiente. O turista passou a procurar locais que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio cultural e a harmonia com a natureza. Ocorreram mudanças no comportamento do turista, que passa a ser visto como um consumidor do espaço, porém, a maior utilização dos espaços implica em maior impacto e conseqüentemente na necessidade de planejamento, pois a “[...] proteção do meio ambiente e o êxito do desenvolvimento turístico são inseparáveis” (ANSARAH, 2001, p. 30).

A dependência do espaço não permite alicerçar o nível de desenvolvimento de uma localidade somente através dos ganhos monetários, pois, certamente implicará em impactos socioambientais. A capacidade de desenvolver uma localidade através do turismo, com benefícios aos atores envolvidos e sem prejuízos sociais e ambientais passa por um conceito de desenvolvimento, o qual deve permear a ideia de sustentabilidade. Deve ser capaz de sustentar as atividades de todas as pessoas e instituições em harmonia umas com as outras e com os outros elementos participantes do processo, como os valores históricos, socioculturais e ambientais (EKINCI, 2014).

A formação de uma nova consciência, somada à antiga definição de viagem à natureza como uma fuga do estresse das cidades faz com que o turista torne-se cada vez mais exigente em relação à qualidade dos serviços que lhe são oferecidos. Tais exigências parecem em total contradição com a oferta do turismo de massa que privilegia o lucro imediato e a grande escala, destruindo assim a qualidade dos sítios turísticos. “À medida que a crise ambiental aumenta, a consciência pública desperta e se manifesta de

diversas formas [...] chegando a denunciar produtos altamente poluidores” (MOLINA, 2001, p. 71). A partir dessa ótica, surgem e se popularizam novos segmentos dentro do turismo: as formas alternativas.

O turismo alternativo surge como uma opção, pois em seus segmentos, há constante preocupação em identificar como o turismo afeta o meio ambiente e a sociedade onde está inserida.

2.2 TURISMO ALTERNATIVO E SUSTENTABILIDADE

O que é turismo alternativo? Alternativo a quê? Obviamente não a qualquer forma de turismo, mas sim para o tipo menos desejado, conhecido essencialmente como turismo de massa (SMITH; EADINGTON, 1992).

Na década de 1970 inicia-se a discussão sobre turismo alternativo, com a valorização da temática ambiental e o conseqüente aumento da preocupação com as condições do meio ambiente. O turismo alternativo engloba uma série de segmentos do turismo que são, como o próprio nome diz, alternativos às formas consideradas tradicionais e emerge como a antítese ao turismo convencional de massa, criticado ao longo dos anos por seu modelo de desenvolvimento econômico, sociocultural e ambiental (WEAVER, 1991; BOULLÓN, 2003).

Ao contrário do turismo massificado, predominante nas décadas de 1950 a 1980, o turismo alternativo torna-se uma nova tendência refletindo um novo turista, que valoriza experiências pessoais significantes e as peculiaridades características de cada local, um turismo benigno, distinto do convencional que pode ocorrer em alguns tipos de destinos (WEAVER, 1991; RUSCHMANN, 2001). As facilidades trazidas pelas novas tecnologias acabam por reduzir os níveis de satisfação pessoal. Atividades simples como plantar seus próprios alimentos, trabalhos manuais ou passeios em um ambiente natural são tentativas de buscar a satisfação não encontrada nos meios virtuais. Nesse contexto, o reencontro com a natureza através de atividades turísticas surge como forma de realização (LEME, 2007).

Mas, onde o turismo é considerado alternativo e onde não é? Existem algumas características que norteiam os conceitos de turismo alternativo, como: “[...] contato e comunicação entre os turistas e a população nativa, um desejo de igualdade, individualidade, consciência ambiental e preocupação com o meio” (MACLEOD, 2001, p 169). As formas alternativas de turismo têm, essencialmente em comum, a preocupação e

a responsabilidade com o meio ambiente e com as comunidades locais, procuram aproximação e contato com estas, o que valoriza e fortalece a cultura local, a maximização dos benefícios do turismo aliada a minimização dos malefícios.

O novo conceito de turismo equaciona um conjunto de princípios que, não sendo novos para a grande maioria dos estudos que abordam a matéria, são hoje entendidos como fundamentais para o sucesso das práticas turísticas com consequente desenvolvimento: a localidade, o respeito pelas diferenças, a identidade, a autenticidade das comunidades de acolhimento e a preservação ambiental. No fundo, trata-se da sustentabilidade ecológica, econômica e sócio-cultural (BRITO, 2001 p. 2).

O conceito mais aceito de desenvolvimento sustentável é do ano de 1987, concebido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e afirma que desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro (WCED, 1987; WWF, 2015).

Para Claro et al (2008) os diversos conceitos de sustentabilidade têm em comum a composição por três dimensões: a dimensão ambiental, social e econômica. A dimensão econômica diz respeito aos impactos das atividades sobre o meio ambiente. A dimensão social considera o valor humano envolvido, tanto dentro das atividades econômicas quanto fora. Finalmente, a dimensão econômica, que considera a geração de renda direta e indireta do empreendimento e sua influência no padrão de vida das comunidades.

As três dimensões se dão em razão do termo *triple bottom line*, cunhado pelo sociólogo e consultor britânico John Elkington no ano de 1994 (ELKINGTON, 2004). Também conhecido como os 3 Ps da sustentabilidade (*people, planet, profit* – pessoas, planeta e lucro), este conceito, considera uma empresa sustentável quando a mesma for financeiramente viável, socialmente justa e ter responsabilidade ambiental (BENITES; POLO, 2013).

Segundo Rattner (1999), a sustentabilidade pode ser interpretada de maneira temporal quanto a sua dimensão socioambiental, onde a preservação ambiental serviria como um parâmetro para a sustentabilidade, enquanto a dimensão social indicaria uma visão de futuro, o futuro da sociedade que se quer ter.

A visão de sustentabilidade desenvolvida pelos economistas, gira em torno do melhor aproveitamento dos recursos naturais, porém, afirma também, que as ações práticas de sustentabilidade seriam melhor executadas em um cenário de mercado:

As possíveis distorções desse mercado poderiam ser corrigidas pela internalização de custos ambientais e/ou eventuais reformas fiscais, coletando-se mais taxas e tributos dos responsáveis pelos processos poluentes. A sustentabilidade seria alcançada pela implementação da racionalidade econômica em escala local, nacional e planetária (RATTNER, 1999, p. 234).

Nas sociedades civis, há uma integração dos problemas sociais e ambientais às lutas sociais por direitos humanos básicos. Por exemplo, para se defender contra “práticas predatórias, como a emissão de detritos tóxicos pelas indústrias ou a contaminação do solo e das águas do subsolo pelo processamento de minérios, pesticidas químicos ou fábricas de fertilizantes (RATTNER, 1999, p. 236)”.

No turismo, sustentabilidade representa baixos impactos negativos, ambientais, sociais e econômicos. Representa também a valorização das comunidades locais através da inserção no planejamento e execução do turismo e pressupõe que os deslocamentos de turistas realizados hoje não comprometam os deslocamentos dos próximos turistas, que visitarão o lugar no futuro (BRITO, 2001). A sustentabilidade do turismo depende da atuação de uma série de diferentes indivíduos: população residente, turistas, empresários, organizações governamentais e não governamentais. Estes todos, associados a atividades de turismo de baixo impacto (LEE e HSIEH, 2016).

O turismo depende diretamente das boas condições do meio ambiente e das populações que nele residem. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT) o turismo sustentável é aquele capaz de gerir os recursos de forma que as necessidades econômicas sociais e estéticas sejam satisfeitas mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos e a diversidade biológica (JAAFAR; MAIDEEN, 2012).

Essencial para o manejo das áreas turísticas, principalmente em áreas naturais, e em qualquer atividade de turismo alternativas, o estudo de capacidade de carga é essencial. O conceito chamado de *carrying capacity* surgiu nos anos 1950 nos Estados Unidos e fora utilizado para a pecuária. Os criadores precisavam saber qual era a relação entre o tamanho de pastagem e quantidade de animais em um campo (RUSCHMANN, 2008). As primeiras regulamentações florestais na Europa davam conta da imposição de limites à caça e pesca com fim de preservar o período de reprodução das espécies. Em meados da década de 1950, parques florestais nos Estados Unidos tiveram um aumento significativo do número de visitantes e criaram limites de distância e quantidade de acampamentos (WAGAR, 1964).

Wagar (1964) afirma que os benefícios da experiência em ambientes selvagens, como forma de recreação, dependem da qualidade e preservação desses ambientes.

Sendo assim, afirma que *recreational carrying capacity* é o nível de pessoas que uma área pode suportar, sustentando sua capacidade de prover uma experiência de qualidade. Este conceito ganhou aplicação mais efetiva no início da década de 1970, principalmente em áreas naturais sensíveis, com os objetivos de manter os recursos naturais e a qualidade das experiências para os usuários (PIRES, 2005).

Percebe-se que o conceito de capacidade de carga no turismo de natureza visa evitar o distanciamento entre o humano e o meio ambiente, trata de levar em consideração tanto as necessidades dos visitantes quanto as dos recursos naturais, numa busca por equilíbrio. Parte do princípio de que qualidade significa sustentabilidade, sendo portanto importante que os recursos não sejam utilizados mais rapidamente do que o tempo necessário para que se recuperem (WAGAR, 1964).

O conceito de capacidade de carga foi subdividido em quatro componentes básicos:

- componente biofísico: relacionado aos recursos naturais e não-naturais na sua expressão física;
- componente sociocultural: onde são reconhecidas possibilidades de impactos negativos sobre a sociedade;
- componente psicológico: relacionado ao número de visitantes que um local pode receber mantendo satisfatória a qualidade da experiência;
- o componente do manejo e gestão: referente à quantidade de pessoas que uma área pode receber com controle adequado, devido à infraestrutura e facilidades físicas do local (PIRES, 2005).

A utilização de estudos de capacidade de carga são importantes para entender a maneira mais eficaz de utilização dos espaços e dos recursos pelo turismo. O turismo alternativo consiste, portanto, em formas de turismo divergentes do turismo de massa e que conseqüentemente, contemplam o conceito de sustentabilidade, condicionando desenvolvimento à preservação ambiental e bem-estar social nas comunidades onde está inserido. A partir dessas características formaram-se muitos segmentos distintos, mas que têm em comum o fato de serem alternativos ao turismo tradicional.

Weaver (1991) afirma que as formas alternativas de turismo são perceptíveis através de termos genéricos ou estratégicos como: eco, *soft*, apropriado, responsável, controlado, de pequena escala, verde, *cottage*. Brito (2001) chama de Novas Formas de Turismo “[...] tais como o turismo de natureza, o turismo de aventura, o turismo verde, o turismo ecológico ou ecoturismo, o turismo rural, o turismo branco ou de neve, o turismo

azul ou de mar” (BRITO, 2000, p. 5). Há ainda mais alguns como: turismo cultural, turismo social, turismo de pesca e turismo náutico (BRASIL, 2010).

Valentine (1992), Rodrigues (2002) e Elvarsdóttir (2013) sugerem as subcategorias de algumas formas de turismo alternativo. Por exemplo, consideram o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo rural como segmentos do turismo de natureza. Este não seria uma forma de turismo específica, mas sim uma categoria que engloba vários segmentos distintos com a natureza como fator comum e principal motivação.

2.2.1 Turismo de Natureza

O turismo de natureza não é um tipo de turismo, mas um segmento que compreende diversos outros tipos que têm em comum a natureza como principal atrativo e motivador da viagem (ELVARSDÓTTIR, 2013). Ocorre principalmente em áreas pouco ou nada exploradas com o principal objetivo de usufruir da natureza sem causar impactos negativos (RODRIGUES, 2002).

O crescimento dessas formas de turismo é estimulado pelo distanciamento do homem do meio ambiente natural, provocado principalmente pela vida essencialmente urbana, voltada para o consumo. A natureza passa a ser motivo de estranheza e curiosidade, uma espécie de retorno a um local esquecido, mas ancestral. As imagens das criaturas vivas por trás dos pedaços de peixe e carne que comemos ou das roupas que nos aquecem não são mais vistas, nem mesmo conhecidas. A sazonalidade dos frutos e vegetais cessaram e os móveis e decoração de nossas casas em nada lembram as árvores das quais vieram (KUENZI; MCNEELY, 2008). Somado a isso, a saturação do turismo convencional, o desenvolvimento do paradigma ecológico e a comercialização do “eco” e da “natureza” como bens de consumo acabaram influenciando diretamente para o crescimento no turismo de natureza (RODRIGUES, 2002).

No Simpósio *Tiger in the Forest* (Tigre na Floresta) organizado pelo *American Museum of Natural History's – Center for Biodiversity and Conservation* (Museu Americano de História Natural – Centro de Biodiversidade e Conservação) em Nova Iorque no ano de 2003, foi formulada a definição de turismo de natureza ou *nature-based tourism* como: o segmento do turismo onde a principal atração e motivação da viagem é a natureza (TIGER IN THE FOREST, 2003).

Para Pires (1998) o turismo de natureza é um termo genérico que abrange vários tipos de turismo que têm em comum a dependência por paisagens e recursos naturais

para existirem.

Então o que se tem, antes de mais nada, é um tipo de turismo voltado para a natureza ou turismo baseado na natureza ou, simplesmente, turismo na natureza. [...] se estabelecidos outros condicionantes para a prática da atividade – educação ambiental, participação das comunidades locais, mínimo impacto, sustentabilidade [...] além de turismo na natureza, tornar-se-á ecoturismo. **Dessa forma todo e qualquer ecoturismo supõe, antes de tudo, o turismo na natureza, a natureza elevada à condição de motivadora primordial da iniciativa turística**, em seu estado natural sem alterações humanas significativas (PIRES, 1998, p. 87-88, grifo nosso).

Sendo assim, o espaço natural é o principal motivador do turismo de natureza. Suas subcategorias, ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural, entre outras, possuem diferenças conceituais, porém, são unidas pelo protagonismo da natureza. Por exemplo, várias atividades do turismo de aventura – montanhismo, *mountain bike*, *rafting*, *trekking* – e do ecoturismo tem em comum a dependência do recurso natural, são formas de turismo de natureza. O conceito de sustentabilidade foi acrescido à definição de turismo de natureza constituindo aquelas atividades de turismo onde o principal objetivo é experienciar o meio natural e que sejam realizadas de maneira sustentável (ELVARSDÓTTIR, 2013). Torna-se praticamente imperioso o conceito de sustentabilidade para caracterizar o turismo de natureza.

Figura 1 – Representação da hierarquia na relação entre o turismo alternativo, turismo de natureza e seus segmentos.



Fonte: elaborado pelo autor (2015).

A preservação dos recursos naturais é condicionante para o sucesso do turismo de natureza. Há mútua dependência, onde o equilíbrio proposto pela sustentabilidade pode proporcionar sucesso a uma atividade econômica através da preservação do espaço

natural. O turismo de natureza desenvolve-se principalmente em lugares afastados dos grandes centros urbanos, em ambientes rurais e também em unidades de conservação. Ajuda a desenvolver economias precárias e suas formas tendem a ser de baixo impacto ambiental, porém, não significa que o turismo de natureza não possa ser perigoso ao meio ambiente, principalmente se não administrado de maneira correta. O turismo de natureza pode ser desenvolvido de maneira não sustentável, porém, conceitualmente, já não se chamará mais turismo de natureza e sim atividades turísticas na natureza, pela perda de sua característica sustentável (RODRIGUES, 2002; ELVARSDÓTTIR, 2013).

Como exemplo da fragilidade da relação turismo e o meio natural são citadas as atividades de observação, como safáris que aparentam ser pouco impactantes, porém, interferem no cotidiano dos animais explorados, principalmente dos que mais despertam a atenção dos turistas, como leões, elefantes, girafas. No *Serengeti National Park*, localizado ao norte da Tanzânia e sudoeste do Quênia, no continente Africano, há relatos de hienas que utilizavam-se da localização de carros de safári como indicativo de presença e localização de famílias de leopardos – cujos filhotes são caçados pelas hienas – tamanha a frequência de turistas para observarem estes animais (VALENTINE, 1992).

Os impactos também se refletem na experiência do turista. Uma grande quantidade de visitantes pode atrapalhar a interpretação do local, a qualidade da visita, a atenção dada ao atrativo. O turismo de natureza pode, através de suas diversas formas, ser meio de desenvolvimento sustentável. Questões administrativas e de planejamento e estrutura são essenciais para que, tanto turistas quanto comunidades locais e o meio ambiente sejam beneficiados. Os turistas devem perceber como se dá a relação entre estes benefícios e suas escolhas, seu papel de responsáveis diretos pelos impactos, negativos ou positivos (VALENTINE, 1992).

São exemplos de países que concentram suas políticas nacionais no turismo de natureza o Chile, com 20% de suas terras protegidas e a República do Palau, um conjunto de ilhas localizadas na região da Micronésia, no Oceano Pacífico. Há também a Eslovênia, que planeja seu turismo a partir do turismo de natureza, sendo seu *slogan* “*Green, Active, Healthy, Slovenia*” (Verde, ativo, saudável, Eslovênia) e a Botswana, que conta com 17% de sua área protegida por parques nacionais e reservas. Além destes, países mundialmente caracterizados pelo turismo de natureza como Nova Zelândia e Austrália são exemplos de como o turismo pode proporcionar o desenvolvimento sustentável (UNWTO, 2014).

A importância do turismo de natureza para o desenvolvimento econômico pode ser

percebida no fato de o turismo de muitos países, subdesenvolvidos ou não, já há muitos anos basear-se na natureza. As viagens, cujo principal elemento motivador são as paisagens naturais, significam 75% do turismo internacional da Austrália (PRATT et al, 2011). Números de mais de uma década mostram a importância do turismo de natureza na economia. Somente no ano de 2000 o turismo contribuiu com mais de 120 bilhões de dólares no mercado dos Estados Unidos e aproximadamente 14% de todos os visitantes internacionais da África do Sul no ano de 1997 realizaram práticas relacionadas ao turismo de aventura. Na Europa, 9% de todas as viagens realizadas no ano de 2004 foram turismo de natureza, o que significa 22 milhões de viagens, sendo os alemães maiores consumidores desse turismo em números absolutos, com 5 milhões de emissões (TURISMO DE PORTUGAL, 2006). No Brasil, durante a Copa do Mundo de 2014, 36,5% dos estrangeiros que vieram ao país visitaram áreas naturais, como parques e reservas e destes, 15% praticaram alguma atividade na natureza, como por exemplo: *rafting*, rapel, trilhas, arvorismo ou mergulho (ABETA, 2015).

Existe uma busca crescente por destinos que ofereçam novas experiências, novas paisagens e novas culturas. Estes turistas também concordam em pagar mais se o turismo beneficiar as comunidades locais e preservar o meio ambiente (PRATT et al, 2011).

O ecoturismo pode significar uma forma de turismo que privilegia a preservação dos espaços além de possuir um viés educacional, que visa acrescentar à experiência dos turistas o conhecimento sobre o local que está servindo de atrativo turístico.

2.2.1.1 Ecoturismo

Uma forma de turismo alternativo, que começou a ser discutida por volta de 1960, “[...] o ecoturismo é mais do que uma pequena elite de amantes da natureza. É, na verdade um amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social” (WESTERN, 2002, p. 16). Deve sempre buscar os mínimos impactos ambientais e culturais, o máximo benefício às comunidades anfitriãs e a máxima satisfação aos turistas (FENNEL, 2002).

O ecoturismo não pode ser considerado uma simples ramificação do turismo tradicional e sim uma nova prática de turismo fortemente ligada a conceitos conservacionistas e sustentáveis (MOLINA, 2001). Para Boullón (2003), o surgimento do ecoturismo se dá como consequência do descontentamento de certos segmentos da

demanda turística com a qualidade dos produtos tradicionais dominados pela tendência da estandardização.

Em 1983, Ceballos-Lascuráin desenvolve a primeira definição de ecoturismo, apresentada na Cidade do México:

O ecoturismo é aquela modalidade do turismo que consiste em viajar a áreas naturais relativamente pouco perturbadas com o objetivo específico de admirar, desfrutar e estudar sua paisagem, sua flora e sua fauna silvestre, assim como as manifestações culturais (tanto as presentes como as passadas) que ali se possa encontrar (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1983 apud DIAS, 2003, p. 109).

O ecoturismo promove uma forma sustentável de turismo, onde o turista é levado a observar, conhecer e aprender sobre o meio ambiente explorado. Outras definições surgiram a partir da citada acima (Quadro 1):

Quadro 1 – Definições de ecoturismo a partir de diferentes autores.

Dias, 2003, p. 107.	Viagem responsável que conserva o ambiente natural e mantém o bem-estar da população local. É praticado em pequenos grupos que não deixam indícios de terem visitado uma área. Eles procuram compreender as relações existentes nos ecossistemas, respeitá-las e mantê-las o mais intactas possível, em harmonia com as populações locais. O ecoturismo pode ser entendido como o turismo sustentável praticado em áreas naturais.
Ministério do Turismo (BRASIL, 2015).	Ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.
EMBRATUR (BRASIL, 2015)	Ecoturismo é o turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica nacional.
WWF Brasil, 2015.	O ecoturismo deve ser visto como um tipo de turismo responsável e pode ser descrito como o turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais e gerando benefícios para elas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade.

Fonte: elaborado pelo autor (2015)

A preocupação com a interpretação ou compreensão do espaço – visto de forma

integral, na sua relação com as populações nativas e sua cultura além da fauna e flora – é citada pela organização *Ecotourism Australia* que define ecoturismo como uma forma de turismo ecologicamente sustentável com o foco principal em experimentar áreas naturais e que promovam a conscientização ambiental e cultural, a valorização e a conservação (ECOTOURISM AUSTRALIA, 2015).

A definição aceita pela *World Tourism Association* (UNWTO) é bastante completa e abrange a maior parte dos conceitos citados até aqui. Segundo a UNWTO (2014), o termo ecoturismo é utilizado para definir formas de turismo onde a principal motivação é a apreciação da natureza, assim como das culturas tradicionais dos locais. Além disso, contém aspectos interpretativos e educacionais, geralmente acontece em pequenos grupos organizados por agentes especializados e os serviços oferecidos tendem a ser geridos por operadores locais. O conceito de ecoturismo também observa a necessidade da minimização dos impactos negativos ambientais e socioculturais. Como impactos sociais positivos, o ecoturismo deve contribuir para a geração de benefícios econômicos e sociais através da promoção de alternativas de empregos às comunidades locais, aumentando a sensibilização para a conservação dos recursos naturais e culturais entre moradores e turistas.

Em 1995, na Primeira Bienal de Ecoturismo de Canela – RS, foi adotado o seguinte conceito para ecoturismo: “Ecoturismo é toda atividade turística realizada em área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, fauna e aspectos cênicos (com ou sem o sentido de aventura); prática de esportes e realização de pesquisas científicas” (PIRES, 1998, p. 82-83). Importante frisar como este conceito é abordado de maneira genérica, podendo ser interpretado tanto para outras formas de turismo.

Entre as várias definições é possível observar que há diversos pontos comuns como: elementos educacionais e interpretativos com relação a fatores ecológicos e socioculturais – que são os grandes diferenciais do ecoturismo diante de outras formas de turismo alternativo; procura por diminuir ao máximo os impactos negativos; geralmente é organizado por empresas especializadas, em pequenos grupos e procura sempre estender os benefícios à população residente no local explorado, não somente incluindo-os no processo como tornando-os protagonistas; por fim, contribui para a conservação do local através dos benefícios econômicos, educação – dos visitantes e dos moradores – e oportunidades de emprego e renda para a população local (DIAS, 2003).

Como já foi referido, o ecoturismo é uma forma de turismo alternativo, porém, pode ser visto como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável, “[...] incluindo,

necessariamente, os aspectos socioculturais centrados particularmente na equidade social” (DIAS, 2003, p. 106).

Entre os dias 19 e 22 de maio de 2002 reuniu-se em Quebec, no Canadá a Cúpula de Especialistas em Ecoturismo, envolvendo mais de mil representantes dos setores público, não governamental e privado de 123 países. Como resultado foi elaborada a “Declaração de Quebec”, que estabeleceu recomendações para a implementação do ecoturismo no contexto de desenvolvimento sustentável. A declaração reforçou a posição diferenciada do ecoturismo perante outras formas de turismo alternativo. Reconheceu que o ecoturismo abarca os princípios do turismo sustentável e também o distinguiu do conceito mais amplo de turismo sustentável, pois, contribuía ativamente para a conservação das heranças culturais e naturais através da inclusão das populações nativas e indígenas em seu planejamento e operação (QUEBEC DECLARATION, 2002).

O ecoturismo depende da beleza estética, natural e riqueza cultural. É evidente a necessidade de conservação do espaço para a possibilidade do desenvolvimento. Para vender esses produtos – paisagens naturais, ecossistemas intactos e cultura indígena, é necessária proteção (WWF, 2015). Theobald (2001) define o ecoturismo como subconjunto do turismo alternativo, que ocorre quando o visitante contribui para o desenvolvimento e o bem-estar da ecologia do local visitado.

O ecoturismo deve ser visto como atividade provedora de recursos e desenvolvimento para as populações nativas, uma forma de turismo para se desenvolver sustentavelmente em uma área natural (BOULLÓN, 2003). A grande diferença do ecoturismo em relação ao turismo tradicional, de massa, está nesse reconhecimento e na busca de soluções que venham proporcionar o desenvolvimento sustentável, diminuindo o impacto, tanto ambiental quanto sobre a população local. Além disso, a população deve ser beneficiada pelo desenvolvimento e não excluída deste como muitas vezes ocorre em locais explorados pelo turismo. Neste ponto o turista pode ter papel fundamental na busca pela inclusão dos nativos, optando por utilizar recursos e serviços locais. Optar pelos meios de hospedagem familiares em detrimento aos *resorts*, por exemplo, podem significar incentivo para o engajamento dessas pessoas no turismo (WESTERN, 2002).

Existem algumas tendências que surgem com o ecoturismo e tornam-se comuns. A arquitetura dos empreendimentos inclusiva e harmônica com o ambiente, traz ao turista a sensação maior de imersão no meio. A busca pela compreensão do espaço através de técnicas interpretativas auxiliam o turista a enxergar as relações que ocorrem no meio natural, porém, a "necessidade" de constante contato com as facilidades modernas, como

internet, televisão e ar-condicionado podem limitar o grau de imersão e interpretação do meio ambiente visitado (LEME, 2007). Essas limitações somadas a força do *marketing* podem desvirtuar o ecoturismo e transformá-lo em algo não muito distante do que é hoje o turismo de massa.

A interpretação tende a estimular e facilitar o entendimento do lugar pelas pessoas, e conseqüentemente, essa empatia leva à conservação do meio ambiente e da população e cultura locais. Um exemplo da importância da interpretação para a qualidade da experiência vivenciada pelo turista pode ser encontrada no *Mount Cook National Park* (Parque Nacional Mount Cook), na Nova Zelândia. O parque, também conhecido como *Aoraki National Park* (Parque Nacional Aoraki) é o lar da montanha mais alta da Nova Zelândia, o *Mount Cook*, com 3.724 metros. Na área de 707 km² do parque encontra-se ainda 22 das montanhas mais altas daquele país, com mais de 3000 metros de altura e mais de um terço dos 707 km² do território é coberto por geleiras (NEW ZEALAND, 2016). Os gestores turísticos do local desenvolveram uma série de modos distintos de interpretação, desde os mais comuns como centro de visitantes, livros guia, áreas de exibição audiovisual, painéis, folhetos, até o incentivo a comentários verbais e escritos, feitos pelos turistas, oferecidos nos ônibus e carros que fazem o transporte. Há também a utilização das mídias como TV, rádio e jornais. A intenção dessas ações é complementar a visita, tornando a experiência mais completa (STEWART, 1998).

O ecoturismo apresenta-se como uma alternativa bastante interessante para o desenvolvimento acompanhado da preservação dos ambientes naturais, de quem nele reside e de sua cultura, porém necessita da compreensão de que o lucro deve vir juntamente com o impacto mínimo.

2.2.1.2 Turismo de Aventura e *Adventure Tourism Development Index* (Índice de Desenvolvimento do Turismo de Aventura)

Figuras históricas como Marco Polo² e Vasco da Gama³ são exemplo de como os humanos aliaram aventura a viagens ao longo da história. Hoje, viajantes contam com serviços profissionais que garantem segurança e conforto às viagens de aventura. Os primeiros relatos de turismo de aventura vêm do princípio da atividade que hoje é

² Mercador e explorador italiano, nascido em Curzola, na Dalmácia (local onde hoje está a Croácia) na idade média no ano de 1254 durante a Província Veneziana. Viajou por 24 anos entre o oriente médio e o oriente, principalmente na China, onde morou por 17 anos.

³ Navegador e explorador português nascido em Sines em 1468. Nomeado pela Coroa portuguesa para descobrir o caminho para as Índias, onde chega em 17 de maio de 1498.

conhecida como *rafting*, a decida de corredeiras com barcos rígidos, de madeira em 1869, no Rio Colorado nos Estados Unidos. No final do século XIX há a criação das fundações *National Geographic Society* e o *Explorers Club* que incentivavam o conhecimento e a exploração dos elementos naturais, terra, água, ar e espaço. Em meados dos anos 1950, ocorrem as primeiras notícias de conquistas dos picos por montanhistas (UNWTO, 2014).

No Brasil, o turismo de aventura aparece na década de 1990, porém, não há como precisar a data e o local, pois a atividade foi surgindo de formas distintas e de maneira espontânea em locais que sequer se comunicavam uns com os outros.(ABETA, 2008). Algumas de suas atividades derivam de esportes já praticados e que contém características competitivas, porém, são adaptadas para proporcionar a participação mais segura dos turistas sem exigir-lhes experiência anterior. O Ministério do Turismo divide as atividades constituintes do turismo de aventura entre as praticadas na terra⁴, no céu⁵ e na água⁶ (BRASIL, 2010).

As atividades de turismo de aventura são comumente vendidas pelas agências e operadoras como turismo de natureza ou ecoturismo. A relação entre natureza e aventura fez com que os conceitos, ainda pouco esclarecidos, fossem utilizados como sinônimos: Para a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo (ABETA, 2008) o turismo de aventura afasta parte dos turistas, que temem por limitações físicas, etárias ou psicológicas. Efeito que não acontece no ecoturismo, visto como atividade mais amena e acessível.

O ATDI (2015), em uma abrangente listagem, arrola 34 diferentes atividades de turismo de aventura⁷. Observa-se que dentre essas atividades está o ecoturismo, considerado por muitos autores e instituições como outro segmento, mesmo caso do turismo de visita à família e amigos ou turismo histórico por exemplo. Considera-se que há nesses casos alguns erros conceituais que podem atrapalhar estudos e planejamentos. É comum o termo ecoturismo ser utilizado genericamente para qualquer atividade na natureza, sendo inclusive, confundido com atividades que sugerem turismo

4 Arvorismo, *bungee jump*, cachoeirismo, canionismo, caminhada, cavalgadas, cicloturismo, espeleoturismo, escalada, montanhismo, tirolesa.

5 Balonismo, paraquedismo, voo livre (asa delta ou parapente).

6 Boia *cross*, canoagem, *duck*, flutuação/*snorkeling*, *kitesurf*, mergulho autônomo turístico, *rafting*, *windsurf*.

7 *Archaeological expedition, attending local festival/fairs, backpacking, birdwatching, camping, caving, climbing, cruise, cultural activities, ecotourism, educational programs, environmentally sustainable activities, fishing/fly-fishing, getting to know the locals, hiking, horseback riding, hunting, kayaking/whitewater, learning new language, orienteering, rafting, research expeditions, safaris, sailing, scuba diving, snorkeling, skiing/snowboarding, surfing, trekking, walking tours, visiting friends/family, visiting historical sites, and volunteer tourism.*

de aventura (RODRIGUES, 2002).

O turismo de aventura surgiu a partir de características individuais e vivências particulares experimentadas por algumas pessoas, cada qual em seu próprio contexto. “[...] é aquele praticado por viajantes na busca do roteiro incomum, com destino e tempo incertos, uma certa dose de adrenalina, com perigo controlado.” (GIARETTA, 2003, p. 58).

O ATDI (2015) utiliza-se de uma definição ampla e afirma ser turismo de aventura a viagem que inclua duas dos três seguintes aspectos: atividade física, interação com ambiente natural e imersão cultural. A ênfase no contato com os nativos diferencia o conceito do ATDI (2015) adicionando uma característica que não é comum aos demais conceitos pesquisados. A possibilidade da formação de noção de pertencimento àquele meio ambiente – conscientização ambiental – através de sensações transmitidas pelo esporte junto à natureza faz do turismo de aventura uma ferramenta para a preservação dos espaços onde é praticado. Além disso, o simples fato de ser praticado em ambientes naturais já seria, indiretamente, motivo para a preservação. Neiman et al (2008) afirma, porém, que esta característica inclusiva do turismo de aventura pode ser apenas conceito:

No caso do turismo de aventura, até a “adrenalina” faz parte do pacote. A preocupação não é na imersão de fato naquele espaço para mudança de percepção com relação ao meio ambiente, mas fica evidente o sentido de consumo, sendo um produto como qualquer outro. Como ir, por exemplo, ao supermercado, e escolher qual é o produto que se quer consumir, escolher, quais as sensações que se deseja comprar. Sensações e percepções podem ser compradas também! O cidadão urbano assiste a um documentário sobre natureza na televisão, daí surge o desejo e ele compra uma viagem, vai para o “meio ambiente”... E depois volta do “meio ambiente”. Como se o “meio ambiente” fosse aquilo, separado, longe, e não o local onde ele vive (NEIMAN et al, 2008, p. 124).

O contexto social e econômico em que se apresenta o turismo de aventura é o mesmo das outras formas de turismo, portanto, é oportuna a crítica de Neiman et al (2008) sobre a transformação dos espaços naturais em um simples produto, possibilitando a aplicação da noção de consumo, onde o espaço serviria simplesmente como meio de satisfação de uma necessidade pessoal, diminuindo a possibilidade de alguma conscientização do turista neste processo. “Geralmente quando a natureza é percebida como um mero cenário para a prática esportiva, o conhecimento e a proteção ambiental num primeiro momento tornam-se irrelevantes” (DA PAIXÃO et al, 2009, p. 370).

Boullón (2003) acredita que o turismo de aventura caracteriza-se pela interação com a natureza, porém, não como espectador e sim como atuante, através da utilização

de veículos 4X4, canoas, cavalos ou a pé, em trilhas onde é exigido um certo esforço, mas sem apresentar maiores dificuldades técnicas, o que aumentaria a exigência e certamente, diminuiria o número de praticantes.

A experiência, a participação e a sensação de perigo, mesmo que controlado, são características comuns aos praticantes, que buscam uma forma menos passiva de turismo. “Percebe-se que a motivação e/ou adrenalina de atividades geradas pelo turismo de aventura é risco previsível e controlável a que seus participantes ficam expostos” (OLIVEIRA, 2008, p.169). Para Neiman et al (2008) estas experiências precisam ser legitimadas por si próprias, através de processos pessoais de interpretação:

O espaço não tem algo especial que signifique uma experiência de vida; se não houver processos de cognição, percepção e interpretação ambiental individuais que modifiquem esta realidade, este espaço resume-se a uma bela coleção de fotos. Relaciona-se, em certa parte, a uma concepção de aumento de status e de relação de poder: “eu fui a ‘tal lugar’”, “fui a este paraíso”... “E se tivesse mais dinheiro (e terei um dia), teria ido a outros destinos, ainda mais inacessíveis [...]” (NEIMAN et al, 2008, p. 122).

A motivação deve ser pessoal, a relação de poder em nada acrescenta ao conceito do turismo de aventura e aos outros tipos de turismo alternativo. Para Fennel (2002) tanto ecoturismo como o turismo de aventura são praticados em espaços bastante semelhantes, porém diferem em sua motivação. Para o autor fatores como risco e o tipo de atividade praticado são os principais elementos motivacionais, superando elementos naturais da paisagem. Dados do ATDI (2015) vão de encontro à afirmativa de Fennel (2002) e indicam a beleza natural do destino como primeira característica analisada pelos turistas para a escolha do destino, seguidos pelas atividades e pelo clima. Esses dados apontam para a importância do conjunto preservação/condição do meio ambiente e tipos de atividades oferecidas pelo turismo de aventura como primordiais na escolha dos turistas.

A descoberta de destinos exóticos também constituem aspectos motivacionais dos turistas, que geralmente buscam lugares pouco explorados, que possam ter passado por dificuldades políticas ou naturais, o que geralmente desacelera o turismo, lugares que não fazem parte dos principais destinos do turismo mundial. O turismo de aventura, assim como qualquer forma de turismo de natureza, depende do meio ambiente preservado, por isso busca locais menos explorados e acaba por promover destinos pouco comuns como Haiti, Ruanda, Coreia do Norte e Irã (UNWTO, 2014).

A exploração de locais pouco acessíveis, desabitados e conseqüentemente, sem

estrutura necessária para receber os turistas pode causar problemas. O turismo de aventura projeta uma imagem inocente, na qual seus participantes são turistas preocupados com o meio ambiente, porém, os impactos resultantes dessas atividades podem ser bastante profundos, principalmente quando é seguida a lógica capitalista da busca pelo lucro rápido associado ao planejamento precário e sem a devida valorização da experiência através da interpretação. Por utilizar-se de espaços em ambientes naturais, o turismo de aventura pode causar impactos negativos sobre o meio ambiente. Nas áreas naturais é comum encontrar sinais evidentes de impacto causados por atividades como *rafting* e *bóia-cross*, como a destruição da vegetação ciliar e consequente erosão e assoreamento em trechos dos rios utilizados pelo turismo (BAHIA, 2008).

Sediada em *Seattle*, nos Estados Unidos da América e fundada em 1990, a *Adventure Travel Trade Association* (ATTA), é uma associação que representa mais de 1.000 membros em 80 países no mundo. A associação é constituída por empresas relacionadas a atividades de turismo de aventura como operadoras e agências e meios de hospedagem com interesse no desenvolvimento sustentável do turismo de aventura (ATTA, 2015). Em ação conjunta, a George Washington University, localizada em Washington D.C. nos Estados Unidos, e a ATTA (2015) desenvolvem o índice *Adventure Tourism Development Index* (ATDI).

O ATDI (2015) tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável do turismo de aventura. Foi criado para auxiliar as iniciativas públicas e privadas no desenvolvimento de produtos e serviços de turismo de aventura que beneficiem as comunidades e o meio ambiente. O ATDI (2015) elenca o potencial do turismo de aventura de 191 países, baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável. São elaborados dois *rankings*, um constituído por 28 países desenvolvidos e outro formado por 163 países em desenvolvimento, baseado na designação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os resultados são compilados anualmente em relatórios que fornecem, além do *ranking*, informações sobre as atrações e potencialidades do turismo de aventura de diversos países além de análises e estatísticas para o mercado. O relatório é supervisionado por representantes do meio acadêmico, governamental e comercial do turismo de aventura do mundo todo (ATDI, 2015).

Os destinos com turismo de aventura mais desenvolvido, foram (em ordem decrescente): Suíça, Islândia, Alemanha, Noruega e Nova Zelândia. (ATDI, 2015. Para

elencar o nível de desenvolvimento, o relatório considera preceitos de sustentabilidade, serviços de saúde e segurança, preservação dos recursos naturais e culturais, variedade de atividades oferecidas, oportunidades de envolvimento com as populações locais, bons níveis de infraestrutura e expertise do “negócio” turismo de aventura e por último, a imagem que o país apresenta ao resto do mundo. Segundo os critérios do ATDI, se essa imagem for de sustentabilidade e oportunidade de aventuras, atrairá viajantes que valorizem e busquem esses aspectos.

Os cinco primeiros países em desenvolvimento são: República Checa, Eslováquia, Bulgária, Estônia e Chile. Observa-se que dentre todos os países da América Latina o Chile, em 5º lugar, tem melhor colocação, seguido da Costa Rica, em 10º lugar e Uruguai em 15º. O Brasil encontra-se em 45º lugar dentre os 163 países em desenvolvimento avaliados (ATDI, 2015).

Apesar de o Brasil não ter o turismo de aventura bem desenvolvido, conforme os critérios do ATDI (2015) Dados de boletim sobre turismo de aventura do SEBRAE (2015) demonstram que o Brasil está em 3º lugar entre os países que possuem o maior número de praticantes de turismo de aventura, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Argentina. São mais de 3.000 empresas que oferecem serviços de aventura, que contam com 15.585 colaboradores envolvidos em temporadas normais e 22.489 colaboradores na alta temporada. O setor apresenta um faturamento de R\$ 515.875.659,00 no mercado nacional. As cinco atividades mais praticadas são caminhada, cavalgada, cicloturismo, montanhismo e técnicas verticais (SEBRAE, 2015).

O turismo de aventura é mais uma forma de turismo de natureza que, como no ecoturismo, quando planejado pode auxiliar no desenvolvimento sustentável da localidade onde está inserido. Sua relação com o meio ambiente é muito próxima, podendo levar tanto a impactos negativos, se não forem tomadas medidas de prevenção, quanto ao desenvolvimento sustentável e à preservação das áreas naturais e das comunidades residentes. A utilização dos recursos naturais aquáticos de algumas localidades para a prática de *rafting*, uma segmentação do turismo de aventura, exemplifica esta relação entre turismo de aventura, desenvolvimento e cuidado ambiental e social.

2.2.1.2.1 Rafting

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define o *rafting* como: “[...] descida de rios com corredeiras em botes infláveis” (ABETA, 2008). Segundo a

Confederação Brasileira de Canoagem (CBCa) “O *rafting* consiste na descida de rios em botes infláveis. Os integrantes da embarcação remam sob o comando de um instrutor responsável pela orientação do grupo durante o percurso” (CBCa, 2015).

Como referido anteriormente, os primeiros relatos de descida de corredeiras são do ano de 1869, no Rio Colorado nos Estados Unidos, com barcos rígidos e pesados, de madeira e com remos centrais, muito difíceis de manobrar e propensos a capotamentos e choques contra as rochas. Com objetivo comercial, a primeira descida foi realizada somente em 1909 pela *Julio's Stone's Grand Canyon*, mas os botes continuavam rígidos. Durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais botes infláveis eram utilizados como botes salva-vidas. O grande impulso, porém, ocorreu após a Segunda Guerra, quando, nos Estados Unidos, botes excedentes do exército foram utilizados por aventureiros. Durante os anos 1960 e 1970 o esporte passa por um período de estagnação, quando nos anos 1980, ainda nos EUA surgem novas tecnologias que possibilitaram a construção de botes mais seguros e fáceis de manobrar facilitando a descida e popularizando o esporte (MARCHI, 2003; ABETA, 2009; CBCa, 2015).

No Brasil, o *rafting* surge na década de 1980 quando a operadora TY-Y Expedições passa a ofertar passeios, inicialmente no rio Paraíba do Sul e depois no rio Paraibuna, em Três Rios, no Rio de Janeiro. Interessante que esses passeios foram criados exclusivamente para turistas estrangeiros, o que impediu o crescimento interno da atividade. Em meados da década de 1990 o esporte populariza-se no Brasil, principalmente por conta da primeira empresa especializada em canoagem, a Canoar Rafting & Expedições, que passou a vender passeios com o uso de remos individuais. Nesta mesma década surgem muitas empresas, principalmente em São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina que promovem o *rafting* pelo Brasil, aproveitando-se da diversidade de rios e corredeiras encontradas no país, um diferencial para a atividade dentro do turismo de aventura (MARCHI, 2003; ABETA, 2009; CBCa, 2015).

O *rafting* está submetido à regulamentação do Turismo de Aventura da Lei Geral do Turismo – Lei nº 11.771/08 (BRASIL, 2008). O Decreto 7.381 de 2 de dezembro de 2010, no artigo 34, discorre especificamente sobre as agências de turismo que atuam com turismo de aventura. O artigo 34 rege ainda sobre a disposição de condutores, sistema de gestão de segurança, oferecimento de seguro opcional, informações a respeito das condições de segurança, dos riscos da atividade e da utilização de equipamentos de segurança (BRASIL, 2010).

A ABNT (2006) dispõe de uma norma específica para os condutores de *rafting*, a

NBR 15370, que normatiza as necessidades e conhecimentos exigidos dos guias para exercerem a atividade. O objetivo é regulamentar as competências mínimas para a condução do cliente, como: a capacitação, as habilidades necessárias para os condutores e as técnicas para condução do bote. Além disso, a NBR 15370 descreve os equipamentos de segurança exigidos para a prática de *rafting*. Que são, dentre outros: bote, coletes de flutuação, capacetes, remos, *flip line* (espécie de corda com um mosquetão utilizada para manobras do barco e em salvamentos), polias, bomba de inflar, saco estanque, roupas e botas de neoprene (ABNT, 2006).

As variações climática e geográfica implicam no uso ou não de alguns equipamentos. Por exemplo, na serra gaúcha, em meses de inverno se faz necessária a utilização de roupas e botas de neoprene devido ao frio. Além disso, a localização do ponto de entrada no rio e o transporte dos equipamentos e dos praticantes pode requerer a utilização de um ônibus, ou outros meios, dependendo do tipo de acesso.

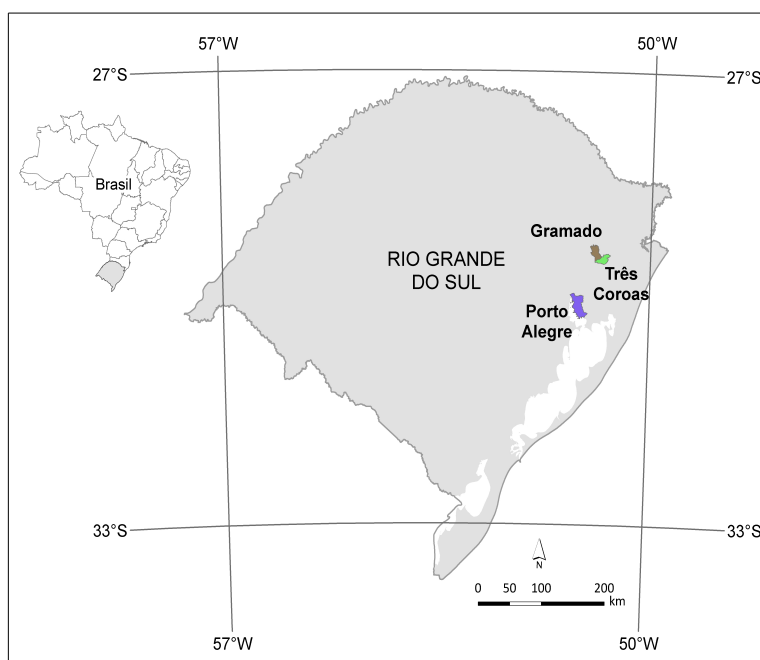
3 MÉTODO

3.1 ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi realizado no Município de Três Coras (Figura 2), localizado no Vale do Rio Paranhana, no estado do Rio Grande do Sul. Os primeiros colonizadores eram de origem alemã e chegaram no final do século XIX. Mais tarde, a localidade recebeu imigrantes italianos e portugueses, mas a maioria da população é descendente de alemães. A localidade foi chamada de Linha dos Últimos Alemães, Colônia de Santa Maria, Santa Maria de Cima, Santa Maria do Mundo Novo e Mundo Novo. Em 1959, foi instituído o município com o nome de Três Coroas, em referência a um pinheiro com três troncos e copas que existia no vale do Arroio Kampf (IBGE, 2016).

O município está a 105 quilômetros de Porto Alegre, capital do estado, e a 24 quilômetros de Gramado, cidade com o qual faz divisa juntamente a Canela, ao norte. Possui uma área de 185,539 Km² e uma população de 25.822 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,710 pontos, e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita é R\$ 30.393,46 (IBGE, 2016).

Figura 2 – Localização do município de Três Coroas no mapa do Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Desenvolvido por Cassiano A. Marchett (2015).

A altitude média do município de Três Coroas é 56 metros acima do nível do mar, o clima é temperado quente e a temperatura média é 19,2°C. A pluviosidade é constante durante o ano todo, no mês de setembro, considerado o mais seco, a precipitação média é de 110mm e, em novembro, mês mais úmido, a média é de 151mm (IBGE, 2016). O nome Paranhana vem do tupi-guarani e significa rio de águas ligeiras. As áreas de maior altitude apresentam florestas nativas, constituídas de mata de araucária propícias para desenvolver o turismo de natureza (TRÊS COROAS, 2016).

A economia de Três Coroas está baseada no setor secundário, principalmente na indústria calçadista. No ano de 2013, o setor industrial foi responsável por mais de 51% do Produto Interno Bruto (PIB) do município. O setor de serviços, onde está inserido o turismo, contribuiu com 23,5% do PIB total (IBGE, 2016).

3.2 COLETA DE DADOS

O estudo foi efetuado por meio de pesquisa de abordagem descritiva, de caráter qualitativo e quantitativo. O levantamento de dados foi realizado por meio de entrevistas e da observação participante. Esta última consiste em uma forma de investigação usualmente utilizada juntamente com entrevistas, como forma de complementação para a pesquisa. “Face à intersubjectividade presente em cada momento, a observação em

situação permite e facilita a apreensão do real, uma vez que estejam reunidos aspectos essenciais em campo” (CORREIA, 2009, p. 31). Sendo assim, neste trabalho a coleta dos dados ocorreu por meio da aliança entre os relatos ouvidos nas entrevistas e a observação participante.

Foram realizadas entrevistas com cinco empresários e um representante do poder público, na figura do Diretor de Turismo do município de Três Coroas. Os empresários eram os donos das operadoras de turismo: Brasil *Raft*, Central Sul, Eco Aventuras, *Exxtreme 4* e *Raft Adventure*. Estas cinco empresas representam o universo total de operadoras de turismo de aventura no município.

O Parque das Laranjeiras⁸ é um espaço público, em área cedida pelo Município de Três Coroas. As empresas Central Sul, Eco Aventuras e *Exxtreme 4* têm sede neste parque. As operadoras Brasil *Raft* e *Raft Adventure* têm suas sedes localizadas em parques privados⁹.

Três instrumentos de pesquisa foram utilizados, o primeiro (Apêndice A) serviu como roteiro para conduzir as entrevistas com os gestores das empresas que promovem o turismo no município de Três Coroas.

O segundo instrumento (Apêndice B) foi composto de questões abertas e aplicado junto ao representante do poder público, no mesmo período das demais entrevistas. Esses dois instrumentos foram pensados com objetivos comuns, porém elaborados de forma distinta, a fim de extrair informações pertinentes a cada um dos atores entrevistados.

Entre as atividades de turismo de aventura existentes no município, o *rafting* é a mais procurada, portanto, este passeio foi considerado a melhor forma de realizar a observação participante. Nesta atividade – feita no mesmo período das entrevistas – foi utilizado o terceiro instrumento de pesquisa, um *checklist* (Apêndice C) que orientou as observações durante o passeio. Vale ressaltar que a escolha da operadora se deu de modo aleatório dentre aquelas que tinham disponibilidade. O *checklist*, utilizado para a observação participante, no dia das entrevistas e do passeio de *rafting*, foi composto por itens que auxiliaram nas observações de presença ou não de elementos relacionados a

8 Parque público, localizado no município de Três Coroas, em área de Mata Atlântica, é transpassado pelo Rio Paranhana, que apresenta corredeiras de nível II e III, ideais para a prática de esportes de aventura como canoagem, rafting e duck. No local também são praticadas outras atividades, como: rapel, tirolesa, *trekking*, *mountain bike down hill* e *cross country*. O parque é considerado um dos maiores centros de aventura do sul do país, já tendo sediado campeonatos mundiais e nacionais de canoagem e *mountain bike* (PARQUE DAS LARANJEIRAS, 2016).

9 Brasil *Raft Park* (www.brasilraft.com.br) e o *Raft Adventure Park*. (www.brasilraft.com.br).

infraestrutura e serviços. A observação participante serviu como ferramenta para captação de informações adicionais às entrevistas.

As entrevistas e a observação participante foram realizadas no mês de fevereiro de 2016, devido às melhores condições do tempo e por ser o período de maior movimento da temporada. Fora feita outra visita no mês de agosto de 2015, período em que os parques encontravam-se sem turistas, para conhecer os locais. Nesta oportunidade, os donos das operadoras não se encontravam no local. A entrevista com o Diretor de Turismo foi feita por e-mail, pois o mesmo encontrava-se fora da cidade no período da coleta de dados.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados coletados foi baseada nos critérios utilizados em conjunto pela ATTA e a *George Washington University* para a elaboração do ATDI (2015), que fornece um ranking dos países com maior potencial no turismo de aventura baseados nos princípios da sustentabilidade. Para isso utilizou-se dos *10 Pillars of Adventure Tourism Market Competitiveness* (Quadro 2). Os dados analisados foram retirados da transcrição da gravação das entrevistas (Apêndices A e B) e da observação participante. Pesquisas bibliográficas e em páginas da internet serviram para a obtenção de informações que estavam fora do escopo dos atores entrevistados e da observação *in loco* como por exemplo as questões que envolviam saúde e desenvolvimento humano.

Quadro 2 – 10 Pillars of Adventure Tourism Market Competitiveness da Adventure Tourism Developmento
Index

1. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (<i>Government Policies Supporting Sustainable Development</i>)	Políticas públicas que incentivem e deem suporte ao turismo sustentável são cruciais para a competitividade do mercado, pois garantem as heranças naturais e culturais e provêm um clima favorável a investidores privados. Quando os setores público e privado estão em sintonia o setor privado floresce, atraindo investimentos e desenvolvimento para a região.
2. Segurança (<i>Safety</i>)	Capacidade dos operadores de turismo proverem segurança aos turistas e também quais os procedimentos para lidar com possíveis danos decorrentes de acidentes.
3. Recursos Naturais (<i>Natural Resources</i>)	Destinos com recursos naturais bem administrados e preservados aumentam sua competitividade.
4. Saúde (<i>Health</i>)	Uma população saudável tende a apoiar e investir em novos negócios e utilizar responsavelmente seus recursos. Países onde há saúde pública de fácil acesso e qualificada apoiam mais facilmente o turismo de aventura.
5. Recursos de Aventura (<i>Adventure Resources</i>)	O turismo de aventura depende do espaço. As condições geográficas de um determinado local conduzem o seu desenvolvimento. É no espaço que pode-se encontrar uma oportunidade de mercado ou vantagem competitiva. Por exemplo, locais montanhosos são vocacionados para rapel, escalada, ou, se tiverem rios, <i>rafting</i> e canoagem.
6. Empreendedorismo (<i>Entrepreneurship</i>)	Mercado inovador que lance atrações incomuns, contra a corrente principal, que a princípio causem estranheza e que pareçam direcionadas a um pequeno nicho.
7. Desenvolvimento Humano (<i>Humanitarian</i>)	A condição do destino em proporcionar à sua população os serviços sociais básicos como saneamento básico, segurança e educação.
8. Infraestrutura (<i>Infrastructure</i>)	Clientes do turismo de aventura geralmente são menos sensíveis a <i>hard infrastructure</i> que turistas convencionais, Essa sensibilidade aumenta quando se trata da <i>soft infrastructure</i> . <i>Hard Infrastructure</i> : estradas; aeroportos; trilhas. <i>Soft Infrastructure</i> : Mapas; acesso a informações sobre cultura local; lojas e serviços especializados (<i>outfitters</i>).
9. Recursos Culturais (<i>Cultural Resources</i>)	Turistas de aventura são interessados em novas culturas. Experimentar a autêntica cultura local faz parte da aventura. Destinos que encorajem suas populações a preservarem suas culturas, mesmo que continuem sendo moldadas por influências modernas. O método do ATDI não busca cristalizar as sociedades em algum ponto de suas culturas, ou que as pessoas tornem-se atores em um <i>show</i> de costumes antigos, mas para conhecerem e orgulharem-se de seus costumes e de sua cultura.
10. Marca (<i>Adventure Image/Brand</i>)	Imagem pode ser um dos mais maleáveis aspectos da competitividade do destino. Também influencia no planejamento e desenvolvimento sustentável. A imagem de sustentabilidade e aventura atrairá pessoas que valorizam esses aspectos. A visita dessas pessoas e seus gastos no destino irá ajudar a financiar e apoiar o país no curso sustentável.

Fonte: ATDI (2015).

Os dados coletados por meio das entrevistas, da observação participante e das pesquisas bibliográficas foram organizados e confrontados com 10 pilares do ATDI (2015), visando avaliar a sustentabilidade das atividades do turismo de aventura em Três Coroas, a exemplo do *rafting*, utilizando critérios do ATDI.

A elaboração deste trabalho utilizou-se dos mesmos 10 critérios do ATDI (2015), com exceção de um: *Cultural Resources*. A exclusão deste item ocorreu por não ter sido considerado relevante ao foco da pesquisa que está no turismo de aventura. Por outro lado os itens saúde e segurança foram analisados conjuntamente por se considerar relevante ao turismo de aventura. Ressalta-se que o relatório ATDI (2015) tem por objetivo medir a competitividade dos destinos, porém, esta dissertação utiliza-se dos mesmos critérios como parâmetros para realizar uma avaliação do turismo de aventura desenvolvido no município de Três Coroas, sem a pretensão de analisar o grau de competitividade do destino perante o mercado.

O Quadro 3 ilustra a relação entre cada item do ATDI (2015) e a pergunta correspondente nos instrumentos utilizados na pesquisa. Vale lembrar que há questões dentre os critérios que correspondem a outros setores da instância pública, porém, nesta pesquisa, a figura do poder público concentrou-se diretamente na área do turismo.

Quadro 3 – Relação entre itens da *Adventure Tourism Development Index* – ATDI e as questões correspondentes nos instrumentos de pesquisa¹⁰.

Item	Apêndice A	Apêndice B	Apêndice C
1. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável	13	1, 2, 6 e 7	
2. Segurança e Saúde	3, 4	2	X
3. Recursos Naturais	9 e 15	4, 10	X
4. Recursos de Aventura	14 e 15	9	X
5. Empreendedorismo	2, 3, 5, 6, 7 e 8	6 e 8	
6. Desenvolvimento Humano*	11 e 12	1, 2, 3 e 5	
7. Infraestrutura	10 e 13	7 e 8	X
8. Marca*	12	2 e 9	

Fonte: autor (2015)

As informações colhidas na pesquisa foram organizadas de forma a adequarem-se a cada um dos oito critérios que seriam analisados (Quadro 3). Para a análise de conteúdo, utilizou-se da confrontação entre as informações coletadas por meio das entrevistas e da observação participante e os critérios utilizados na construção do índice *Adventure Tourism Development Index*. Após a análise das informações, foi feita uma classificação (Quadro 4), onde os oito itens são dissecados e os aspectos positivos, regulares e negativos são expostos em um quadro. Os resultados obtidos foram

¹⁰ Os critérios marcados com asterisco (*) são aqueles onde foram utilizadas informações de fonte secundária (revisão bibliográfica, dados estatísticos, relatórios).

classificados por meio de um sistema de gradação de cores, que utilizou-se do verde, amarelo e vermelho. Neste sistema, a cor verde indicou avaliação positiva, ou de acordo. Para a situação regular foi utilizada a cor amarela e a cor vermelha indicou as situações que não se encontravam de acordo com os critérios estabelecidos pelo ATDI (2015). Além do quadro, foi estabelecida uma discussão sobre os resultados encontrados em cada um dos itens.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas ocorreram com cinco empresários, donos de operadoras e um diretor de turismo do município, que também exerce o cargo de presidente da Associação Trescoreense de Canoagem (ASTECA). Foram quatro indivíduos do sexo masculino e dois do sexo feminino. A média de idade foi de 42 anos, sendo a faixa etária entre 36 e 55 anos. Todos os entrevistados possuem segundo grau completo e dois têm curso superior completo. Quanto à naturalidade, três entrevistados são nativos da cidade de Três Coroas, dois são da cidade de Piracicaba – SP, e um de Gramado.

A geografia de Três Coroas, aliada à vocação para esportes no ambiente natural, fazem do turismo de natureza um aspecto de relevância na imagem da cidade. Apesar de não ser a principal atividade econômica de Três Coroas, o turismo possui papel importante na divulgação do município, como pode ser percebido no *slogan* que autointitula a cidade como “Cidade Verde” para identificar os esforços ambientais da comunidade, a beleza natural do município e seu potencial turístico (TRÊS COROAS, 2015).

Pode-se afirmar que há em Três Coroas uma identificação com a canoagem. Todo o ano tem atletas representantes da cidade que disputam as etapas da Copa do Brasil, Campeonato Sul-Americano, Pan-Americano e Campeonato Brasileiro de canoagem. Além disso, o município enviou atletas para três edições dos Jogos Olímpicos – 1992, 1996 e 2000. Também sediou o Campeonato Mundial de Canoagem do ano de 1997 (ASTECA, 2016). Os guias de rafting são atletas de canoagem do município, os gestores eram atletas de canoagem, e pelo que se pode perceber nas entrevistas e na observação, as principais atrações dos parques são atividades aquáticas como *rafting*, *duck* e *bóia-cross*, ou seja, existem fatos que corroboram com a formação de uma identidade local com atividades aquáticas.

Cabe observar que o turismo de Três Coroas possui outra atração, além do turismo

de aventura: o Templo Budista Khadro Ling. Seu fundador, o mestre tibetano Chagdud Tulku Rinpoche, conheceu o local e achou muito bonito e parecido com as paisagens do Tibete. Em 1994, iniciam as construções do primeiro prédio, no topo de uma montanha na cidade de Três Coroas. Apesar de não ter sido construído com essa intenção, o templo tornou-se parte do roteiro turístico da serra gaúcha ainda nos anos 1990. O local não conta com infraestrutura turística, apesar de estar aberto ao público cinco dias por semana. Possui hospedagem, porém, suas acomodações não são destinadas aos turistas, mas às pessoas que participam de retiros. Conta ainda com moradores fixos, que trabalham de forma gratuita na administração e recepção aos visitantes (*Khadro Ling*, 2014).

Segundo Weaver (1991), Smith; Eadington (1992), Brito (2001) e Boullón (2003) as formas alternativas de turismo significam a antítese ao turismo de massa, ou seja, um turismo que não esgote suas condições para existência no futuro, se preocupe com a preservação dos recursos naturais e culturais e com a inclusão dos moradores locais. Pires (1998) e Elvarsdóttir (2013) afirmam que há diversas formas de turismo alternativo, dentre elas o turismo de aventura, e que todas tem em comum serem concebidas a partir do conceito de sustentabilidade. O que se observou das entrevistas realizadas com os gestores das operadoras de turismo e o representante do poder público em Três Coroas é que seus promotores e atores classificam o turismo desenvolvido no município como turismo de aventura.

O ATDI (2015) promove o ranqueamento dos países com maior competitividade no segmento de turismo de aventura, considerando este como forma alternativa de turismo, ou seja, valorizando aspectos associados à sustentabilidade.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No primeiro item dos 10 *Pillars of Adventure Tourism Market Competitiveness*, o ATDI (2015) busca avaliar as relações entre o poder público e os gestores do turismo. Avalia, ainda, se as políticas públicas contribuem para que o turismo se consolide como promotor de desenvolvimento sustentável.

No turismo de Três Coroas, o poder público foi representado pela Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Desporto. A prefeitura é responsável pela infraestrutura básica necessária para o turismo – manutenção de estradas e acessos, além disso, participa através da divulgação do turismo no município, apoio a novos

investimentos, a eventos e feiras. Outras iniciativas públicas ocorrem por meio da delimitação de áreas turísticas, da promoção de eventos e administração do Parque das Laranjeiras, conjuntamente com a Associação Trescoroense de Canoagem (ASTECA).

A ASTECA foi fundada em 1986 por atletas de canoagem *slalom*¹¹ de Três Coroas. Pelo que foi verificado nas entrevistas, essa associação administra o Parque das Laranjeiras e media a relação entre o poder público e as empresas. A associação não administra os parques privados. A ASTECA apoia e patrocina atletas e promove projetos sociais relacionados à canoagem para crianças de escolas públicas municipais. Para isso, conta com a contribuição mensal das empresas e a receita obtida na cobrança da entrada no Parque das Laranjeiras.

No caso de Três Coroas, os empresários entrevistados concordam que o turismo não é a principal atividade econômica do município, porém é tratado como alternativa para o desenvolvimento. Segundo relatos das entrevistas, o poder público passou a valorizar mais o turismo assim que percebeu que o mesmo começava a florescer. Evidência disso foi encontrada no Plano Diretor do município, Lei Municipal 2.546 de 10 de Outubro de 2006, onde o turismo é descrito como fator estratégico de desenvolvimento social e econômico (TRÊS COROAS, 2006). A lei descreve a promoção do turismo através da consolidação do Parque das Laranjeiras, e da diversificação dos produtos através do incentivo a outras formas de turismo, como rural e religioso, e o estímulo a novos empreendimentos de infraestrutura turística e fortalecimento de eventos que evidenciem a cultura local. Outra iniciativa descrita no Plano Diretor é o zoneamento da Área Turística Consolidada que engloba áreas consideradas de uso turístico, incluindo os locais onde estão localizados o Parque das Laranjeiras e o templo budista Khadro Ling (Figura 3).

11 Categoria de canoagem inspirada no esqui slalom, onde os competidores devem enfrentar as corredeiras contornando os obstáculos no menor tempo possível (RIO 2016, 2016).

Figura 3 – Templo budista Chagdud Gonpa Khadro Ling, Três Coroas – RS.



Fonte: Google (2016).

O Plano Diretor do município delimita como áreas de preservação permanente as matas ciliares – vegetação que ocorre às margens de rios e mananciais – e a área de Mata Atlântica. Nestes dois casos o Plano Diretor atende ao Novo Código Florestal, a Lei Federal 12.651 de 2012, que prevê a criação de faixa não edificável de no mínimo 15 metros de cada lado das margens de rios ou de qualquer curso d'água. A mesma lei prevê que a preservação de áreas do Bioma Mata Atlântica são de interesse público (BRASIL, 2012). Esta atitude beneficia também o turismo de Três Coroas, extremamente dependente da preservação dos recursos naturais.

O Plano Diretor denomina as áreas consideradas turísticas, estando entre elas o local onde estão o Parque das Laranjeiras, o Brasil *Raft Park* e o *Raft Adventure Park* (Figura 4). Nesta delimitação turística, entretanto, não há nenhuma menção relativa à proteção ou intenção de preservação (TRÊS COROAS, 2006).

Figura 4 – Instalações do *Raft Adventure Park*, Três Coroas – RS.



Fonte: Autor (2016).

Verificou-se por meio das entrevistas que os empresários, em sua maioria, consideram suficiente o envolvimento da prefeitura em seus assuntos e acham que o poder público reconhece a importância do turismo para o município. Isso se dá principalmente através das ações sociais e de incentivo ao turismo promovidas pela ASTECA.

Há ressalvas, porém, na questão do aproveitamento do movimento de turistas proveniente das cidades vizinhas, Canela e Gramado. Durante as entrevistas surgiram críticas à falta de iniciativas mais consistentes para melhoria da Rodovia Arnaldo Oppitz, que liga Canela a Três Coroas com aproximadamente 13 quilômetros e que encontra-se sem pavimentação. A estrada passa por sítios importantes para o turismo da região, como o Parque das Laranjeiras, o Brasil *Raft Park* e o *Raft Adventure Park*, além de restaurantes, alambiques e pousadas. A melhoria das condições desse acesso é vista por alguns gestores como uma ação pública importante para o desenvolvimento turístico da região. Outros afirmaram que o impacto do público vindo de Canela e Gramado seria pequeno, por considerarem que estes turistas possuem um perfil diferente ao do turista de aventura. Por meio das palavras de um dos entrevistados, ao definir o perfil do turista que frequenta a região de Canela e Gramado, é possível confirmar essa afirmação. “[...] é aventureiro quando tá com amigos ou um monte de casais. Ele e a mulher, não é aventureiro, quer comer fondue, ficar quietinho” (Entrevistado C).

4.2 SEGURANÇA E SAÚDE

O item *safety* diz respeito às condições necessárias para garantir a segurança dos turistas durante a realização das atividades e os procedimentos necessários no caso de acidente (ATDI, 2015). No turismo de aventura, como referido por Giaretta (2003) e Oliveira (2008), o turista procura uma certa dose de adrenalina associada a perigo e risco controláveis. Para proporcionar ao turista apenas a sensação de perigo, é necessário protegê-lo dos riscos. As normas, os guias, os equipamentos e as ações de segurança servem para auxiliar no controle dos riscos e ao mesmo tempo assegurar que a atividade proporcionará emoções sem oferecer perigos.

As medidas de segurança para o *rafting* são regidas pelo Decreto 7.381 de 2 de dezembro de 2010, no artigo 34, onde refere-se a empresas que prestam serviços de turismo de aventura (BRASIL, 2010). Além disso, a norma ABNT NBR 15370 discorre especificamente sobre as exigências para os condutores de *rafting* (ABNT, 2010). Antes do passeio de *rafting*, realizado durante a observação participante, verificou-se que os turistas recebem instruções de segurança (Figura 5), as quais incluem: técnicas de comportamentos básicos dentro dos botes e na água (no caso de queda). Algumas dessas instruções ainda são repassadas um pouco antes do início do passeio, como por exemplo, as técnicas de remada. Foi observada a utilização por todos, inclusive guias, de capacetes, coletes de flutuação e remos. Foi constatada também, a presença de bombas de inflar e cabos de resgate. Nas agências havia a possibilidade de aluguel de roupas e botas de neoprene. Observou-se que os cuidados com segurança estavam de acordo com os 10 pilares do ATDI.

Quanto aos guias, todos possuem alguns cursos de qualificação e são atletas de canoagem da região. Segundo as entrevistas, a maioria dos guias possui certificação pelo *International Rafting Federation* (IRF), o que os habilita serem guias de *rafting* em qualquer lugar do mundo. Outra certificação referida nas entrevistas foi a de salvamento em águas brancas, obtida por curso da *Rescue 3 International*, organização internacional que promove treinamentos de salvamento em água (RESCUE 3 INTERNATIONAL, 2016). Segundo os empresários, o período de baixa temporada é utilizado para a qualificação e renovação das certificações dos guias. Os empresários mencionaram ser baixa a rotatividade dos guias a cada temporada, o que também contribui para a segurança dos turistas.

Figura 5 – Turistas recebendo instruções e paramentados com equipamentos de segurança no Parque das Laranjeiras, Três Coroas – RS.



Fonte: Autor (2016).

Para o ATDI (2015) há atividades que requerem práticas específicas de segurança. Por exemplo, operações de resgate disponíveis em regiões montanhosas, ou câmaras hiperbáricas para locais onde há atividades de mergulho. Entretanto, não foi observada a presença de paramédicos, postos de atendimento de emergência ou ambulâncias em nenhum dos locais visitados. O item que diz respeito à segurança nos 10 pilares do ATDI entende que o atendimento de feridos ou acidentados seja de vital importância, principalmente, pelo fato de em Três Coroas, as atividades serem desenvolvidas em áreas de difícil acesso e sem sinal de celular, o que dificulta um eventual pedido por socorro.

O item saúde parte do princípio de que a satisfação da necessidade básica de acesso à saúde por parte da população, refletirá em condições mais favoráveis para que esta população apoie o turismo de aventura. Sendo assim, este item refere-se ao serviço de saúde disponível à população da cidade de Três Coroas e não aos turistas (ATDI, 2015).

Os habitantes de Três Coroas contam com nove estabelecimentos de saúde, dentre estes, um hospital. São disponibilizados atendimentos ambulatoriais e de emergência, especialidades como obstetrícia, pediatria, psicologia e odontologia (IBGE, 2016; TRÊS COROAS, 2016). Dados do Ministério da Saúde informam que ao todo, são 58 leitos disponíveis na Fundação Hospitalar Dr. Oswaldo Diesel (BRASIL, 2010).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) é ideal que haja de três a cinco leitos para cada mil habitantes. No Brasil, a média é de 2,40 leitos para cada mil

habitantes e no estado do Rio Grande do Sul é de 2,84 leitos. Em países mais desenvolvidos, como Japão essa média sobe para 13,7 leitos para mil habitantes (BRASIL, 2010; AHSEB, 2016). A situação de Três Coroas, com média de 1,66 leitos para mil habitantes não contempla o considerado ideal pela OMS, e encontra-se abaixo da média nacional (BRASIL, 2010).

Ao observar-se os números apresentados, nota-se que a situação da saúde ainda precisa de ajustes e melhorias para tornar-se satisfatória para a população local. O critério *health* avaliado pelo ATDI (2015) credita o acesso a bons serviços de saúde como fundamentais para que as populações locais apoiem e empreendam no turismo. O atendimento às necessidades básicas é imprescindível para que a população possa ser incluída no planejamento e desenvolvimento do turismo.

4.3 RECURSOS NATURAIS

O ATDI (2015) afirma que locais que possuem ações em prol da preservação dos recursos naturais aumentam sua competitividade diante de outros destinos. Independente da competitividade, atividades de turismo na natureza, ou *nature-based tourism*, são também diretamente dependentes da qualidade e integridade dos recursos naturais, pois, a principal motivação da viagem é a natureza (TIGER IN THE FOREST, 2003). O *slogan* de Três Coroas – “Cidade Verde” – apela ao patrimônio natural, que é fundamental para o turismo do município, tanto no turismo de aventura quanto para o templo budista. A escolha do local onde está instalado o templo Khadro Ling deve-se em parte aos seus recursos naturais. A beleza da paisagem da região fez com que o mestre Chagdud Tulku Rinpoche lembrasse de sua terra natal, o Tibete. Este fato, somado ao interesse dos moradores locais pelo budismo, foram os principais motivos para a construção do templo, inaugurado no ano de 1995 (KHADRO LING, 2015).

O rio Paranhana (Figura 6) corta o vale de mesmo nome e pode ser considerado o recurso natural mais importante para o turismo de aventura em Três Coroas. O rio passa por uma área que apresenta relevo acidentado e vegetação característica do Bioma Mata Atlântica e é um dos principais afluentes do Rio dos Sinos e drena os municípios de Taquara, Igrejinha, Três Coroas e parte de Gramado e Canela (RIO GRANDE DO SUL, 2011). Ao longo de seu percurso, passa por áreas industriais e está sujeito a receber despejos domésticos e industriais. Em dezembro de 2010, ocorreu uma mortandade de 20 toneladas de peixes no Rio dos Sinos. O laudo apontou o esgoto doméstico e a carga

de dejetos industriais proveniente de municípios do vale, trazida pelo rio Paranhana como fator agravante do estado crítico da poluição do Rio dos Sinos (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Figura 6 – Rio Paranhana, recurso natural utilizado para turismo de aventura em Três Coroas – RS



Fonte: Google (2016).

Cybis et al (2005) evidenciou o problema da poluição nas águas do rio Paranhana ao classificar a qualidade da água como ruim, principalmente devido a altíssima concentração de coliformes fecais. Esses autores atribuíram ao aumento progressivo das atividades antrópicas às margens do rio como causa do impacto negativo sobre a qualidade da água. Gehlen et al (2014) analisaram amostras na nascente e na foz do rio Paranhana. Os autores encontraram valores acima dos limites permitidos para chumbo na nascente. Foram constatados, ainda, valores excedentes de ferro tanto na nascente quanto na foz e altos valores para coliformes fecais na foz, o que indica impacto provocado por atividades antropogênicas ao longo do rio (GEHLEN et al, 2014). Por meio da observação feita no local, não foi possível perceber sinais visíveis de poluição ou lixo na água e também na área do parque.

Os impactos causadas pelo turismo ao meio ambiente são sugeridos como um paradoxo por Boullón (2003), já que o turismo é o principal prejudicado pelos problemas ambientais que ele mesmo gera. O turismo é uma das únicas atividades que destrói seu motivo de existir (BOULLÓN, 2003). Durante as entrevistas, verificou-se entre os entrevistados preocupação quanto à preservação dos recursos naturais. Eles são conhecedores de que o turismo que promovem é dependente das boas condições

ambientais mas que pode provocar alterações no meio ambiente. As maiores preocupações percebidas durante as entrevistas foram como proceder com a produção de lixo nos parques e o excesso de turistas nos passeios.

Quanto ao aspecto da capacidade de carga, verificou-se que há limites apenas considerando o aspecto estrutural dos parques. Definir a capacidade de carga de um local implica em delimitar o nível que uma área pode suportar, sustentando sua capacidade de prover uma experiência de qualidade (WAGAR, 1964; RUSCHMANN, 2008). Para Pires (2005) a capacidade de carga de um local, apresenta subdivisões em seu conceito, onde estão abarcados impactos que podem ocorrer em diferentes dimensões: os componentes biofísico (atribuído aos impactos ambientais), sociocultural (relacionado a impactos sobre a população local), psicológico (relacionado à experiência do turista) e de manejo e gestão (ligado a capacidade suportada pela infraestrutura).

Pode-se afirmar, diante do que foi dito nas as entrevistas e na observação, que, dentre os componentes citados por Pires (2005), somente está contemplado o item de manejo e gestão, visto que, o limite máximo de visitantes dos parques é medido por meio da capacidade suportada pelo equipamento turístico e viabilidade física dos atrativos. Sendo assim, constatou-se que os limites de capacidade de carga estabelecidos pelo turismo do município não são definidos a partir de limites impostos pela capacidade suportada pelo meio ambiente e pela população local, ou seja, não atendem aos componentes biofísico, sociocultural e psicológico de Pires (2005). Os gestores concordam ser necessário um estudo mais aprofundado nesse sentido e demonstraram interesse em contribuir para que isso ocorra, porém, afirmam dependerem da participação do poder público.

Os três parques (*Brasil Raft Park*, Parque das Laranjeiras e *Raft Adventure Park*) têm estabelecido um número máximo de visitantes que pode ser recebido de forma controlada, baseado em sua infraestrutura. Do mesmo modo, cada uma das empresas possui um número máximo de pessoas possível de ser atendida diariamente. As empresas que funcionam no Parque das Laranjeiras também têm limitação da quantidade de barcos com que cada uma pode trabalhar. Entretanto, se as operadoras quiserem trabalhar com mais barcos basta pagar uma taxa para terem o direito de operar. Para o Entrevistado C, é melhor “[...] aumentar 3 reais o valor do meu produto, ao invés de colocar mais um bote”. Porém, o mesmo, admite que “[...] isso tem que ser acompanhado pelos outros, porque, se eu subir o preço, perco para quem vende por menos”.

Esta regra é imposta pela ASTECA e não se aplica aos outros dois parques

particulares, o Brasil *Raft Park* e o *Raft Adventure Park*. Estes parques também possuem limite diário de turistas, sendo que neste cálculo o número máximo de turistas é proposto a partir da capacidade de atendimento de cada parque (número de guias, barcos, equipamentos, dentre outros), ou seja, estes limites também referem-se a questões físicas e estruturais e não ao recurso natural. Constatou-se por meio da entrevista com o gestor municipal, que no templo budista, o número limite de visitantes também é definido a partir da infraestrutura do local.

Os outros três componentes da capacidade de carga propostos por Pires (2005) – biofísico, sociocultural e psicológico – parecem ainda não estarem contemplados nos cálculos de capacidade de carga. Verificou-se nos relatos que os gestores preocupam-se com estes outros aspectos, porém, as atitudes tomadas são bastante independentes. Por exemplo, nas entrevistas percebeu-se a preocupação com a quantidade de barcos, e conseqüentemente pessoas no rio ao mesmo tempo, o que caracterizaria um impacto sobre a experiência do turista, ou seja, segundo Pires (2005) um problema que seria discutido no componente psicológico da capacidade de carga.

Exemplo de atitude que pode servir para controlar o problema do excesso de visitantes está no fato da maioria das atividades depender de agendamento prévio por parte do turista. Com isso, os gestores imaginam garantir o melhor atendimento e também controlar melhor o fluxo de pessoas, tanto no parque quanto no rio. Se a pessoa não agendou seu passeio, teoricamente não irá para o parque, o que diminui o número de visitantes. O agendamento prévio também implica no maior controle da quantidade de pessoas dentro da água ao mesmo tempo. Um problema encontrado aqui é que nem todas as empresas trabalham desta forma, sendo que algumas atendem os turistas que não marcaram hora.

Outra atitude, tomada de forma independente pelas operadoras, para diminuir a quantidade de barcos ao mesmo tempo na água, é a alternância de horários. Cada uma das empresas tem definido um cronograma com quatro horários distintos para realizarem seus passeios. Assim, quando os barcos de uma das operadoras está na água, outra operadora mantêm-se na espera. Apesar disso, em dias de grande demanda, como foi o caso no dia da observação participante, o movimento de botes no rio é bastante intenso, mesmo com todas as empresas respeitando os horários.

A cobrança de ingressos para entrada nos parques é um fator que também busca diminuir o fluxo de pessoas. Enquanto o valor dos ingressos para a entrada no parque é igual para todos os visitantes no Parque das Laranjeiras, nos parques particulares os

valores variam, sendo que para aqueles sem a intenção de fazerem passeios, os valores são maiores. Além disso, os espaços de *camping* nos parques particulares são restritos aos praticantes de atividades. Da mesma forma do pré-agendamento dos passeios, estas medidas também buscam diminuir o fluxo de pessoas.

Além dos fatores externos ao turismo, qualquer atividade turística em áreas naturais pode provocar impactos sobre os recursos naturais existentes, dentre outros problemas, desvalorizar turisticamente o local. Segundo Bahia (2008) em rios onde há prática de *rafting* é comum haver destruição das matas ciliares, erosão e assoreamento causados pela concentração de pessoas. Na observação participante, constatou-se que a entrada dos botes na água é feita por diversas empresas no mesmo local, formando uma concentração de pessoas que se somam a visitantes que também ocupam o espaço. Neste espaço, a mata ciliar já foi suprimida.

As diferentes formas de utilização da natureza pelas principais atrações turísticas de Três Coroas reforçam o peso do recurso natural e sua preservação, para a manutenção e o desenvolvimento do turismo em Três Coroas.

4.4 RECURSOS DE AVENTURA

Os recursos de aventura são constituídos pelas características físicas e geográficas do espaço, como presença de água, montanhas, mata, rochas, entre outras e possuem influência decisiva sobre as atividades do turismo de aventura que serão praticadas nesses espaços. Regiões montanhosas são propícias para escaladas, *rapel* e *base jump*, por exemplo (ATDI, 2015).

Na cidade de Três Coroas, o Parque das Laranjeiras, o *Raft Adventure Park* e o *Brasil Raft Park* estão localizados em uma região de vale, com presença de Mata Atlântica e relevo acidentado. As matas são propícias para trilhas e arvorismo, enquanto o terreno íngreme é utilizado para atividades de *mountain bike down hill*, *cross country*, *rapel*, tirolesa e *trekking*. Pelas corredeiras e percurso acidentado, o rio Paranhana constitui-se no principal atrativo e concentra as atividades aquáticas de *rafting*, canoagem, *duck* (Figura 7) e bóia-*cross*. (TRÊS COROAS, 2006).

Figura 7 – *Duck* nas águas do rio Paranhana, Três Coroas – RS.



Fonte: Google (2016).

O sedimento do Campeonato Mundial de Canoagem em 1997 (Figura 8) exemplifica a qualidade dos recursos de aventura encontrados em Três Coroas. O evento foi o motivo da construção do Parque das Laranjeiras, que hoje abriga a infraestrutura para receber os turistas e é administrado pela ASTECA. A associação atua na formação de atletas de canoagem, tendo inclusive, enviado atletas para as olimpíadas de Barcelona em 1992, Atlanta em 1996 e Sidney em 2000.

Figura 8 – Campeonato Mundial de Canoagem de 1997, realizado no rio Paranhana, Três Coroas – RS.



Fonte: Google (2016).

Constatou-se por meio das entrevistas e da observação que os recursos de aventura influenciaram na construção da identidade turística de Três Coroas. A geografia montanhosa e os rios de correnteza foram determinantes para a prática das atividades que representam o turismo de aventura na cidade, exemplificado pelo *rafting* (Figura 9) e pela canoagem.

Figura 9 – Rafting no rio Paranhana, Três Coroas – RS.



Fonte: Google (2016).

Os recursos de aventura ainda podem influenciar na escolha dos destinos pelos turistas. Segundo dados do ATDI (2015) as belezas naturais são a primeira característica analisada pelo turista, porém, Fennel (2002) atribui ao grau de risco e ao tipo de atividade os fatores de maior peso na escolha do destino pelos turistas. Nas duas afirmativas, o recurso de aventura está contemplado, pois, tanto o grau de risco quanto o tipo de atividade são definidos pelos recursos de aventura. Por exemplo, a força das corredeiras de um rio determinam o seu grau de risco para os turistas. E quanto às belezas naturais, também são parte dos recursos de aventura.

4.5 EMPREENDEDORISMO

O ATDI (2015) trata o item empreendedorismo como um mercado inovador, que propõe ações que vão contra as principais correntes e busca nichos específicos e exclusivos.

Conforme dados das entrevistas, os empresários têm em comum a origem na canoagem, eram atletas que competiam por todo o Brasil. Acredita-se que esta experiência constituiu influência positiva para a qualidade dos serviços e infraestrutura de turismo de aventura. Nas entrevistas foi possível constatar que há união e amizade entre os atores do turismo de aventura de Três Coroas. Foi relatado que há frequentes reuniões informais e jantares onde são discutidos assuntos relacionados ao turismo.

As empresas possuem capacidades de atendimento distintas. Os empreendimentos que atuam em parques privados trabalham com maior capacidade e

segundo as entrevistas, chegam a receber 23.000 turistas em um ano. Foi aferido nas entrevistas que as empresas recebem em média 9.000 turistas ao ano, sendo o máximo relatado de 23.000 turistas e o mínimo 5.000 turistas por ano. Os valores citados sobre o faturamento individual das empresas variaram de R\$ 60.000,00 a R\$ 1.000.000,00 de reais ao ano, em valores brutos. O período considerado alta temporada geralmente vai de outubro a março, acompanhando os meses quentes do ano. Segundo relatos dos empresários, o clima é fator determinante para o desempenho e duração das temporadas. Um período mais longo de tempo quente e ensolarado significa maior movimento e maior faturamento, tempo frio ou chuvoso pode significar uma temporada mais curta.

Constatou-se durante as entrevistas que o empreendedorismo de Três Coroas encontra-se contrário ao conceito do ATDI (2015) que promove a atração de nichos menores. Ocorre um movimento de acessibilidade, no sentido de proporcionar atividades (Figura 10) que contemplem um amplo espectro de públicos e idades e não privilegiem somente pessoas de um determinado estereótipo, considerado mais “aventureiro”. Segundo Boullón (2003) a participação e a superação de dificuldades são inerentes às atividades de turismo de aventura, porém, exigência em excesso causaria a diminuição do número de participantes. A partir desta afirmativa surge um questionamento: o grau de dificuldade de atividade determina o público ou a atitude deste é que determina o grau de dificuldade e emoção das atrações?

No caso de Três Coroas, constatou-se por meio das entrevistas com os donos das operadoras, que o perfil dos turistas – formado majoritariamente por famílias e casais – determinou o nível de dificuldade das atrações. Os empreendedores optaram pela oferta de atrações acessíveis a todos os públicos, diminuindo o grau de dificuldade das atividades para atingir um público maior. Cada operadora oferece várias opções de atividades sem alto grau de dificuldade em sua execução, o que permite que mais pessoas possam praticar.

Figura 10 – Placa indicativa das atividades oferecidas no *Raft Adventure Park*, Três Coroas – RS¹².



Fonte: Autor (2016).

Entretanto, a preocupação em proporcionar atrações para todas as idades provoca um paradoxo, entre a acessibilidade dos atrativos e o excesso de turistas. Observou-se que em dias de maior movimento, os parques e os serviços ficam superlotados, principalmente no Parque das Laranjeiras, devido ao seu uso como *camping*, o que atrai muitas pessoas que não estão interessadas no turismo de aventura. Os empresários afirmam nas entrevistas que há dificuldades em descobrir o equilíbrio entre quantidade de visitantes e a qualidade dos serviços.

A valorização de destinos que procuram diversificar seus atrativos para atrair nichos menores tem como motivação resolver, ou oferecer uma solução para o tipo de dificuldades que são enfrentados em Três Coroas. Observou-se nos parques particulares medidas que visam reduzir a quantidade de visitantes que não praticam atividades de aventura. O valor dos ingressos é mais alto que no parque público, o espaço disponível para acampamentos é reduzido e visa apenas complementar os serviços oferecidos a quem pratica atividades de aventura, não constituindo uma atividade, não sendo portanto, permitido o *camping* por si só. Os empresários referiram a estas medidas o intuito de

¹² As atividades indicadas na placa são: *raft*, arco e flecha, *paintball*, *slackline*, trilha e tirolesa.

focar no público específico de turistas de aventura, demonstrando que sabem qual nicho desejam atrair e implementam ações para tal.

4.6 DESENVOLVIMENTO HUMANO

O critério adotado pelo ATDI (2015) para estabelecer *humanitarian pillar* (pilar humanitário) leva em consideração aspectos essenciais para a boa qualidade de vida da população, como fácil acesso a serviços de educação, saneamento básico e segurança. Na discussão do desenvolvimento humano são avaliados aspectos que não estão diretamente relacionados ao turismo, mas que são considerados essenciais para a sustentabilidade deste na localidade. Este item trata de serviços básicos para a população, para que esta possa ter condições de participar do processo de desenvolvimento do turismo no município.

A Lei Orgânica do município de Três Coroas trata o saneamento básico como serviço público essencial e dever municipal (TRÊS COROAS, 1990). Apesar disso, somente 53,2% das famílias tem rede de esgoto e 1,8% ainda apresenta esgoto a céu aberto. Além disso, apenas 30% do esgoto do município é tratado (IBGE, 2016; PORTAL SANEAMENTO BÁSICO, 2016).

Quanto ao acesso à educação, 86% das crianças de 7 a 14 anos estão matriculadas em instituições de ensino, percentual pouco maior que a média nacional, a qual é 76%. No município há instituições públicas municipais e estaduais de ensino fundamental e médio e de capacitação profissional (BRASIL, 2016). O Produto Interno Bruto Per Capita Municipal de 2013 é de R\$ 30.393,46/hab., número pouco acima da média nacional do mesmo ano, R\$ 25.655,37/hab. (IBGE, 2016).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para medir o desenvolvimento humano em 177 países. Esse índice é calculado a partir das variáveis renda, longevidade e acesso à educação. No Brasil, desde 1998 ocorre a medição municipal do IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). As notas variam de 0 a 1, sendo considerado de muito baixo desenvolvimento os locais que atingem menos de 0,499 pontos, baixo desenvolvimento os locais que atingem notas de 0,500 a 0,599, médio de 0,600 a 0,699, alto de 0,700 a 0,799 e a partir de 0,800 pontos considera-se desenvolvimento muito alto. Com IDHM de 0,710, portanto, considerado alto, Três Coroas ocupa a 1595ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. Nesse ranking, o maior IDH

é 0,862, em São Caetano do Sul – SP e o menor é 0,418, em Melgaço – PA (PNUD, 2010).

Apesar do desenvolvimento humano ser considerado alto, ao analisar cada uma das variáveis, renda, longevidade e educação, verifica-se que a nota referente ao IDHM Educação é de 0,584, ou seja, considerada baixa, enquanto o índice referente a longevidade é de 0,829, considerado muito alto. O IDHM Renda é de 0,740. A partir desses números constata-se que há carências relacionadas à educação no município, que são encobertas pelo nota alta atribuída a longevidade. Quase 10% da população da cidade é formada por idosos. Ao todo são 2.392 pessoas de idade superior aos 60 anos, sendo que 977 destes indivíduos possuem mais de 70 anos. A porcentagem de idosos na população nacional é de 13% (IBGE, 2016).

4.7 INFRAESTRUTURA

Neste ponto o ATDI (2015) divide a infraestrutura em *hard infrastructure* e *soft infrastructure*, sendo a primeira relativa a estrutura fixa, como rodovias, ferrovias, aeroportos e hotelaria. A segunda está ligada à estrutura mais específica do turismo, como acesso a informações, guias, serviços e lojas especializadas. Também é referido que os turistas de aventura são mais sensíveis às condições da *soft infrastructure*, condição que o difere do turista convencional, mais afetado pela *hard infrastructure* (ATDI, 2015).

A *hard infrastrucutre* de Três Coroas não apresenta aeroporto, porém fica distante 98 quilômetros do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, e a 85 quilômetros do Aeroporto Hugo Cantergiani, em Caxias do Sul. A maioria de seus turistas vêm da região metropolitana de Porto Alegre, cujo principal acesso rodoviário é a ERS – 020. Outro acesso importante, porém, interditado nos primeiros meses do ano de 2016, é a ERS – 115, que liga o município à região de Canela e Gramado em 30 quilômetros de distância.

A Rodovia Arnaldo Oppitz seria um acesso importante por ligar a região onde estão localizados os parques em Três Coroas ao município de Canela em aproximadamente 13 quilômetros, porém, a falta de asfaltamento dificulta o tráfego. As melhores condições desse acesso poderia significar uma porta de entrada de turistas, aproveitando o fluxo da região das hortênsias, embora os empresários tenham afirmado que os turistas dessa região possuem um perfil diferente do turista que visita Três Coroas. Os entrevistados

creem que os turistas de Canela e Gramado preferem programas mais glamourosos e não sentem-se motivados a deslocarem-se para visitarem atrações de turismo de aventura.

Parte da *soft infrastructure* de Três Coroas, o Parque das Laranjeiras (Figura 11), o *Raft Adventure Park* e o Brasil Raft Park ficam localizados a 15 quilômetros do centro da cidade.

Figura 11 – Parque das Laranjeiras, Três Coroas – RS.



Fonte: Google (2016).

Os parques oferecem serviços de hospedagem, alimentação, mesas e churrasqueiras, campo de futebol, quadra de vôlei, banheiros, vestiários, estacionamento, trilhas, venda de *souvenirs*, guias capacitados, material de segurança, panfletos de publicidade e informações e a variedade de atrações. Na região dos parques e do templo há também alguns restaurantes (Figura 12) voltados para o segmento turístico, com apelos místico ou natural.

Figura 12 – Restaurante especializado na culinária tibetana, Três Coroas – RS.



Fonte: Google (2016).

Durante a observação participante, constatou-se que as pessoas se utilizam dos espaços para acampar e almoçar, principalmente no Parque das Laranjeiras, que libera totalmente o *camping*. No dia em que foi feita a observação participante neste parque, havia grande quantidade de acampamentos, dispostos por todo o parque, e conseqüentemente, superpopulação, poluição sonora e visual. A falta de espaço específico para estacionamento nesse parque faz com que os veículos fiquem estacionados ao longo das vias internas (Figura 13).

Figura 13 – Vista da disposição dos veículos devido à ausência de demarcação de área para estacionamento, Parque das Laranjeiras, Três Coroas – RS.



Fonte: Autor (2016)

A infraestrutura dos parques privados é semelhante, mas nestes há demarcação de

área para estacionamento. O espaço para acampamentos é restrito a algumas poucas pessoas que praticam atividades de aventura nos parques. Segundo os administradores do Brasil *Raft Park* (Figura 14) e do *Raft Adventure Park*, o *camping* é somente um serviço auxiliar e não há possibilidade de acampar sem praticar as atividades. Dessa maneira, a área de circulação dos visitantes fica mais livre e com menor poluição visual, mesmo em dias de grande movimento.

Figura 14 – Brasil *Raft Park*, Três Coroas – RS.



Fonte: Autor (2016).

Joaquim (1997), Feitosa (2013) e Li (2014) alertam para o crescimento descontrolado das estruturas turísticas e seus impactos sociais e ambientais, estes, principalmente, quando ocorrem em áreas naturais, como o caso de Três Coroas. Assim como a infraestrutura é comemorada por, algumas vezes, representar planejamento e desenvolvimento, é preciso precaução pois, com o aumento da estrutura há o aumento de todos os vetores relacionados ao turismo.

Doiron e Weissenberger (2014) relatam o problema da superestrutura exemplificado no caso da ilha de Roatan (apresentado no capítulo 2, seção 2.1), localizada em Honduras, com turismo baseado principalmente no mergulho, devido à qualidade de suas águas. Com o aumento exagerado do número de visitantes e, conseqüentemente, da infraestrutura turística a ilha sofreu com graves impactos ambientais e também sociais, pois o investimento para a infraestrutura era externo, sendo assim, a população pouco se beneficiava do turismo. Este exemplo relatado por Doiron e Weissenberger (2014) mostra as conseqüências sociais e ambientais que podem ser causadas pelo superdimensionamento dos equipamentos turísticos, indo de encontro aos

preceitos da sustentabilidade.

Especialmente, o turismo de Três Coroas apresenta maior concentração de pessoas nos locais onde estão os parques e o templo budista. Na área urbana do município há algumas pousadas, um hotel e restaurantes, que atendem tanto população local quanto turistas. Estes empreendimentos também contemplam a *hard infrastructure* do local, não sendo destinadas somente ao turismo, porém, contribuindo para o desenvolvimento do mesmo. Outros serviços e estrutura que compõe a *hard infrastructure* são as instituições bancárias, mercados e supermercados, postos de combustível, serviços de transporte público e imobiliárias.

4.8 MARCA

O último critério, *adventure image/brand* avalia a imagem do local perante os turistas e outros mercados. Esse é o mais maleável dos aspectos observados e exerce influência no planejamento e desenvolvimento sustentável, por auxiliar a definir o tipo de turista que o local irá atrair. Localidades associam sua marca à preservação e valorização de questões ambientais e sociais tendem a atrair turistas preocupados com essas mesmas questões (ATDI, 2015).

Em Três Coroas observou-se por meio das pesquisas na *internet*, nos *sites* de vendas de pacotes de turismo, das operadoras de turismo de aventura e da prefeitura municipal, que a publicidade da cidade procura associar seus recursos naturais à sustentabilidade, fato que parece estar institucionalizado pela expressão “Cidade Verde”, utilizada em diversos eventos promovidos pela prefeitura municipal.

Weaver (1991) afirma que as formas alternativas de turismo apelam para termos que referenciem o meio ambiente natural e preservado, como eco, responsável ou verde. No entanto, Weaver (1991) lembra que essa publicidade sustentável não significa que exista real preocupação com o planejamento e gestão corretos. Pelo observado em Três Coroas, a divulgação da preocupação ambiental é mais consistente que as ações práticas. Constatação disto são os casos de poluição no rio Paranhana, provocada por ações antropogênicas e insuficiência de serviço de saneamento básico (CYBIS, 2005; GEHLEN, 2014).

Países como Chile, Palau e Eslovênia (capítulo 2, subseção 2.2.1) têm no turismo de natureza seu principal produto turístico. Nestas localidades, a preservação do patrimônio natural é justificada e financiada pela promoção do turismo. O *slogan* e apelo

comercial da Eslovênia são semelhantes ao “Cidade Verde” de Três Coroas: “Verde, Ativo, Saudável, Eslovênia”. Nos dois casos encontra-se apelo à natureza e os benefícios que esse ambiente preservado pode proporcionar aos visitantes. No Brasil, apesar de haver maior apelo ao turismo de sol e praia, dados sobre o turismo durante o período da Copa do Mundo de futebol em 2014 demonstram que 15% dos turistas estrangeiros que vieram ao evento praticaram atividades de aventura (UNWTO, 2015).

O templo budista *Khadro Ling*, instalado na cidade desde o ano de 1995 e atração turística única na região, tem sua marca trabalhada juntamente com a do turismo de aventura, como os dois principais atrativos da cidade (TRÊS COROAS, 2006). A promoção destas duas atrações têm em comum o fato de evidenciar a imagem de suas relações com o meio ambiente por abordagens distintas. O turismo de aventura utiliza-se da imagem da natureza indômita, desafiadora, que convida para a aventura. Já os budistas chamam a atenção para as paisagens, a introspecção e a integração espiritual com a “mãe natureza”.

SEBRAE (2015) coloca os segmentos turismo de natureza, ecoturismo ou turismo de aventura em segundo lugar no *ranking* de motivação do turista, com 21,3% da preferência. O segmento fica atrás apenas do turismo de sol e praia que é o mais procurado por 64,2% dos turistas. Para Rodrigues (2002) a implementação do turismo alternativo como um bem de consumo ou uma marca, influenciou o crescimento do turismo de natureza. Esse fato, somado à maior motivação e interesse pelas modalidades alternativas contribuem para a criação de uma marca consolidada como destino de turismo de aventura. Em Três Coroas a publicidade trabalha com o intuito de associar esta marca citada por Rodrigues (2002) à cidade.

As operadoras turísticas focam sua divulgação no fortalecimento da imagem da natureza associada à aventura, principalmente através de esportes aquáticos, sendo o *rafting* a atividade mais divulgada. A publicidade institucional busca associar a imagem da cidade a um viés místico e de preocupação com o meio ambiente. Em concordância com o que diz a ATDI (2015), o SEBRAE (2015) afirma que a associação de uma marca ao compromisso socioambiental é tendência que atrai cada vez mais turistas preocupados com as mesmas questões, sendo assim, os destinos de turismo de aventura que projetam sua marca de preocupação com o meio ambiente e em proporcionar contato com a comunidade local estão em alta.

Os eventos também são uma forma de promoção e reforço da marca da cidade. Segundo Xie e Gu (2015) o investimento em eventos foi a estratégia dos gestores de

Auckland, na Nova Zelândia (capítulo 2, seção 2.1), na tentativa de consolidar a cidade como centro cultural e destino de turismo de eventos. Em Três Coroas há promoção de diversos eventos ligados ao turismo de aventura. Em 2015, ocorreu o 7º Desafios da Natureza, realizado no Parque das Laranjeiras (Figura 15a). Este evento reuniu atividades de esportes de aventura como *downhill*, *cross country*, canoagem, *rafting* e tiro com arco, além de atividades culturais e espaços para *camping*. Outro exemplo de acontecimento com temática parecida é o percurso de motocicletas por trilhas no meio da mata, a Trilha Cidade Verde (Figura 15b), que no ano de 2015 completou sua 12ª edição. Há ainda a Copa de Futebol Cidade Verde, maior competição de categorias de base do Brasil, que recebe clubes de todo o país e do exterior.

Figura 15 – Utilização da imagem da natureza em propaganda de eventos promovidos pelo município de Três Coroas – RS. (a) Desafios da Natureza e (b) Trilha Cidade Verde.



Fonte: Google (2016).

Em Três Coroas observa-se atitudes semelhantes às vistas em Auckland, que investiu na promoção de eventos como forma de formar e consolidar uma marca de centro cultural e de eventos. Três Coroas utiliza-se de técnica semelhante, pois promove eventos de esportes de aventura ou de natureza na tentativa de consolidar a marca da cidade como destino de turismo de aventura.

Acontecimentos apoiados pelo município, como a realização de um passeio de *rafting* com o então Ministro de Turismo, Vinícius Lages e o presidente da ABETA, Evandro Schütz, a atração de congressos e feiras de turismo de aventura – no ano de 2016, Três Coroas sediará o primeiro Congresso Sul-Americano de Turismo de Aventura – indicam o desejo de consolidar uma marca ligada ao turismo de aventura em Três Coroas (TRÊS COROAS, 2016).

4.9 AVALIAÇÃO DO TURISMO DE AVENTURA

De forma a fornecer uma apreciação sucinta dos oito critérios usados para a análise do turismo de aventura em Três Coroas, foi feita a classificação desses itens a partir dos dados obtidos pelas entrevistas, observação participante e fontes secundárias. A avaliação da situação do turismo de aventura (Quadro 4) se deu através de um sistema de cores, para melhor compreensão. As cores utilizadas foram verde, amarelo e vermelho. Para as avaliações consideradas positivas, ou de acordo, foi utilizada a cor verde. A cor amarela avalia o item como em situação regular e a cor vermelha foi utilizada para indicar as situações consideradas inadequadas ou que não se enquadram aos critérios do ATDI (2015).

Quadro 4 – Avaliação do turismo de aventura de Três Coroas – RS, com base nos critérios do *Adventure Tourism Development Index*¹³.

<p>1. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (<i>Government Policies Supporting Sustainable Development</i>)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas do Plano Diretor que tratam Turismo como fator estratégico para desenvolvimento do município; • Criação da Área Turística Consolidada e da Zona de Preservação Permanente; • ASTECA representa as empresas turísticas de turismo de aventura; • Baixo aproveitamento do fluxo turístico de Gramado e Canela; • Acesso pela Rodovia Arnaldo Oppitz deficientes até os parques e na ligação com Canela.
<p>2. Segurança (<i>Safety</i>) e Saúde (<i>Health</i>)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Guias são capacitados, possuem cursos de qualificação e salvamento em águas brancas; • Permanência dos mesmos guias e funcionários de uma temporada para outra garantem um serviço melhor; • Períodos de baixa temporada são aproveitados para cursos de requalificação; • Instruções e equipamentos de segurança antes de cada passeio • seguem as instruções normativas que regulamentam a segurança dos turistas e guias durante os passeios; • Local de difícil acesso para ambulâncias; • Falta de sinal de celular para eventuais emergências; • Falta de acompanhamento de paramédicos ou enfermeiros ou ainda, de uma enfermaria no local. • Média de 1,66 para cada mil habitantes sendo que o número recomendado pela OMS é de 3 a 5 leitos por mil habitantes.
<p>3. Recursos Naturais (<i>Natural Resources</i>)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os recursos naturais são fundamentais, tanto para as atividades de aventura quanto para o templo budista, que utiliza-se muito do fator místico da natureza; • Áreas de Mata Atlântica e vegetação ciliar com proteção permanente (Lei Federal 12.651); • Relatos de cuidados ambientais no manejo das áreas turísticas; • Atitudes como agendamento prévio, cronograma de horários e preços distintos no ingresso de quem pratica atividades de aventura, como alternativa para tentar diminuir fluxo de pessoas ao mesmo tempo nos parques e barcos ao mesmo tempo na água; • Falta de estudos e informações sobre capacidade de carga; • Controle da capacidade de carga considera questões puramente estruturais; • Excesso de pessoas nas áreas de entrada dos botes nos rios para a prática de rafting; • Poluição do Rio Paranhana.
<p>4. Recursos de Aventura (<i>Adventure Resources</i>)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Características geográficas propícias para as práticas de turismo de aventura; • Gestores têm origens ligadas a esportes de aventura; • Parques oferecem boa infraestrutura para os turistas;
<p>5. Empreendedorismo (<i>Entrepreneurship</i>)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gestores têm origens ligadas a esportes de aventura; • Criação de atrações que contemplem amplo espectro de público e idades; • Empreendedorismo não busca inovações, criação de atrativos únicos, que contemplem nichos específicos.
<p>6. Desenvolvimento Humano (<i>Humanitarian</i>)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • IDHM Educação é de 0,584, considerado baixo pelo PNUD; • Não possui 100% das crianças matriculadas na escola; • Saneamento básico para pouco mais da metade das famílias.
<p>7. Infraestrutura (<i>Infrastructure</i>)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso da região metropolitana é suficiente; • Cidade oferece serviços básicos como: bancos, transportes, compras, combustível e imobiliárias; • Parques com infraestrutura para receber turistas (hospedagem, alimentação, vestiários, banheiros, estacionamento, <i>souvenirs</i>, guias capacitados, material de segurança e publicidade); • Acesso mais curto entre os parques e Canela através da Rodovia Arnaldo Oppitz é de estrada de chão batido. • Falta de estacionamento e espaço delimitado para <i>campings</i> no Parque das Laranjeiras. • Cidade não possui aeroporto;
<p>8. Marca (<i>Adventure Image/Brand</i>)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tentativa de criar imagem de destino com meio ambiente preservado, que proporciona experiências emocionantes associado a um viés místico proporcionado pela presença do templo budista; • Promoção de eventos e congressos com foco no turismo de aventura.

Fonte: Autor (2016).

¹³ No sistema de cores os itens em verde indicam avaliação positiva, em amarelo, situação regular e em vermelho, estão as situações consideradas inadequadas.

No primeiro item, Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, as considerações em verde avaliam como positivos o posicionamento do poder público favorável ao turismo como meio de desenvolvimento e a regulamentação de áreas turísticas. Foi avaliada como de acordo a atuação da ASTECA como meio de aproximação entre o poder público e o setor turístico, além da administração do Parque das Laranjeiras. Os itens avaliados como apenas regulares e que não se encontravam de acordo dizem respeito à necessidade de ações públicas de melhoria das condições da estrada que liga a região dos parques em Três Coroas a cidade de Canela. A melhor acessibilidade dessa via permitiria diminuir pela metade a distância entre as cidades e poderia auxiliar no estreitamento das relações entre os mercados turísticos da região.

O segundo item referente às ações de segurança, foram apontados como pontos positivos, a baixa rotatividade dos guias a cada temporada, sua capacitação e experiência, o cumprimento das instruções normativas de segurança, o fornecimento dos equipamentos necessários para cada um dos turistas e o incentivo à requalificação de seus colaboradores. Em situação regular estão os problemas relacionados com a infraestrutura, a localização e o difícil acesso dos parques, que podem dificultar as ações de salvamento. Outro problema constatado foi a falta de sinal de celular e de asfalto nos acessos o que pode retardar o serviço de socorro. A ausência de uma enfermaria ou serviço de pronto atendimento de saúde nos locais que promovem as atividades de aventura foi fator considerado inadequado. As atividades de aventura promovidas no local dependem do risco controlado e entende-se que a falta de serviços de atendimento médico rápido significa maior risco para os turistas. A avaliação dos serviços de saúde oferecidos pelo município à população, foi considerada negativa, devido ao número de leitos disponível ser menor que o recomendado pela OMS. Para o ATDI (2015) uma população saudável terá mais condições de participar e investir no desenvolvimento do turismo de uma localidade.

O terceiro item é referente aos recursos naturais. As iniciativas de proteção das áreas de mata, de acordo com a Lei Federal 12.651 de 2012 que preserva as matas ciliares e a reserva de Mata Atlântica foram avaliadas como positivas. Estas iniciativas foram constatadas tanto nas entrevistas quanto nas pesquisas bibliográficas sobre o local. Por meio das observações, entrevistas e pesquisa em *sites* observou-se que os recursos naturais constituem a base do turismo do município. Os principais produtos turísticos utilizam-se do meio ambiente da localidade. O cronograma dos horários dos passeios, pra diminuir a quantidade de barcos na água ao mesmo tempo, o que, segundo os próprios

gestores, melhora a qualidade do passeio para os turistas são ações consideradas positivas. Foi vista como de acordo a medida tomada pelos empresários de pré-agendar os passeios, o que tende a reduzir o número de visitantes nos parques.

A carência de estudos e informações sobre a capacidade de carga do local consistiu em fator considerado regular. Estudos de capacidade de carga são fundamentais para a conservação das reservas naturais e desenvolvimento sustentável do turismo. Nas entrevistas, tanto o representante do poder público quanto os empresários demonstraram interesse em cooperar com esses estudos nos locais onde ocorrem as atividades turísticas, no entanto, notou-se também, que faltam iniciativas práticas para que as pesquisas sejam realizadas. Por enquanto, a capacidade de carga, trabalhada em Três Coroas, somente contempla o componente de manejo e gestão, que segundo Pires (2005) refere-se a quantidade de pessoas que o local pode receber devido a características físicas e de infraestrutura do local. O último apontamento considerado regular refere-se ao excesso de pessoas nas margens do rio em dias de maior movimento, como finais de semana. Constatou-se superlotação, tanto por parte dos praticantes de *rafting* quanto de visitantes que utilizam o rio para lazer. Fato negativo constatado nas pesquisas bibliográficas (CYBIS et al, 2005; GAHLEN et al, 2014) é a poluição do rio Paranhana, que apresentou níveis elevados de coliformes fecais e chumbo em alguns pontos. Os mesmos estudos apontam como causas dessa poluição fatores antropogênicos, mas que não dizem respeito diretamente às atividades turísticas. Os fatores citados são, principalmente, atividades antropogênicas e a falta de tratamento adequado do esgoto. O desenvolvimento do turismo, porém, é diretamente dependente da boa qualidade da água do rio.

O quarto critério trata dos recursos de aventura. Neste quesito foram consideradas positivas as características do relevo acidentado, com aclives íngremes, a mata nativa, e o rio com correntezas propícias para esportes de aventura. A infraestrutura dos parques foi considerada adequada, com diversas opções de atividades.

No quinto item, Empreendedorismo, foi considerado positivo o fato de os empresários serem ex-atletas de esportes de aventura, mais especificamente a canoagem. Esta característica foi entendida como favorável para o desenvolvimento dos empreendimentos turísticos, pois, empresários e gestores com conhecimento e paixão pelas atividades que promovem provavelmente irão empenhar-se para que o turismo se desenvolva de maneira sustentável, isto é, preservando os recursos naturais que, segundo Boullón (2003), são o motivo da existência destas atividades turísticas.

Os considerados regulares relacionam-se com o paradoxo identificado durante as entrevistas. Os empresários buscam desenvolver atividades que sejam inclusivas e acessíveis a todas as pessoas e ao mesmo tempo, entendem que o excesso de turistas possa provocar impactos negativos sobre a experiência e o meio ambiente e a consequente, desvalorização dos atrativos. A ATDI premia a inovação e a atração de nichos menores e mais exclusivos.

Em Três Coroas identificou-se a necessidade de equilíbrio entre atrações que possam ser praticadas pelo maior número de pessoas e a criação de atrativos únicos para nichos específicos. Entende-se que direcionar serviços a uma demanda específica poderia valorizar e diferenciar o destino. Constatou-se em Três Coroas condições estruturais e administrativas para que este processo de diversificação aconteça. A criação de novos atrativos, que se utilizem de outros espaços, naturais ou não, poderia desconcentrar o turismo da área onde estão os parques, o que seria salutar para diminuição dos impactos ambientais e para o desenvolvimento do local através do turismo. A promoção do turismo rural, gastronômico e de compras – este último devido ao setor calçadista – podem significar crescimento do fluxo turístico sem sobrecarga do turismo de aventura.

O sexto critério avalia o Desenvolvimento Humano do local. O ATDI (2015) entende que o desenvolvimento da sociedade reflete no desenvolvimento do turismo. Não estavam de acordo os itens referentes a problemas na infraestrutura básica e educação do município Apesar do IDHM de Três Coroas, ser considerado alto pelo PNUD, ao isolar-se as variáveis que compõem o IDHM (longevidade, renda e educação) notou-se que o IDHM Educação tem nota 0,584, considerada baixa. Este problema acaba mascarado pelas outras duas notas, que elevam o valor do IDHM municipal para um patamar considerado alto. Esta falha no sistema educacional do município consiste em um problema grave de desenvolvimento humano e portanto não está de acordo com os critérios do ATDI (2015).

No item sete aparece a avaliação da infraestrutura. As questões de acesso rodoviário, de serviços básicos e dos parques de turismo de aventura encontram-se de acordo com a necessidade. A falta de um aeroporto consistiu situação avaliada como regular, devido à proximidade de Três Coroas do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre. O acesso que liga diretamente Três Coroas a Canela também foi avaliado como regular, pois, entende-se que melhores condições de acesso poderiam significar uma oportunidade de abertura de mercado. Constatou-se que a maior parte dos

turistas do local vêm da região metropolitana de Porto Alegre. Como as cidades de Canela e Gramado recebem visitantes de todo o Brasil, a melhoria do acesso poderia significar o recebimento destes turistas de outros estados em Três Coroas e, talvez, um reforço na divulgação da cidade. Apesar disso, aferiu-se a partir das entrevistas, que nem todos consideram essa demanda interessante. O fato de o Parque das Laranjeiras não possuir espaços delimitados para *camping* nem estacionamento, foi considerado como situação regular, pois, acredita-se que os transtornos ocorrem somente em dias de grande movimento. O ideal seria que esses transtornos não ocorressem nunca.

O último item, Marca, foi avaliado como de acordo pela postura de vender Três Coroas através da divulgação dos recursos naturais. O turismo de aventura elege a natureza como desafiadora, provedora de emoções através das suas atividades de aventura. O templo budista utiliza-se dos recursos naturais por meio da abordagem mística ou de interação espiritual. Também considerado de acordo a promoção de eventos e congressos de esportes de aventura que ajudam na consolidação da marca do município como destino deste tipo de turismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo de aventura, entendido como um segmento de turismo alternativo, deve ser desenvolvido de maneira sustentável. Sua proximidade e dependência dos recursos naturais é mais do que motivo para que sejam tomadas medidas que visem a preservação dos mesmos. Os tipos alternativos de turismo também são caracterizados pela preocupação com os impactos sociais e econômicos causados pelo turismo. Entende-se que a população local deve ser incluída no processo de turistificação, como forma de desenvolvimento social.

O objetivo deste trabalho foi avaliar a sustentabilidade das atividades do turismo de aventura em Três Coroas utilizando critérios do ATDI. De acordo com estes, diversos aspectos do turismo desenvolvido em Três Coroas foram considerados positivos, como a boa relação entre o poder público e os empresários do turismo, a infraestrutura adequada, que fornece segurança e boa qualidade de atendimento aos turistas. Por outro lado, constatou-se alguns aspectos deficitários, que podem ser melhor trabalhados pelos gestores, públicos e privados, como falta de atendimento médico de emergência nos parques, melhoria dos acessos para turistas das cidades vizinhas de Canela e Gramado e a questão da má qualidade da água do rio Paranhana, onde são praticadas as principais

atividades do turismo de aventura da cidade.

Nas questões apresentadas no Quadro 4, concluiu-se que os pilares de número 1, (Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável), 2 (Segurança), 3 (Recursos Naturais) e 6 (Desenvolvimento Humano) apresentaram fatores considerados em situação regular e inadequadas, representados pelas cores amarela e vermelha, respectivamente. Estes fatores vão de encontro aos interesses dos critérios de desenvolvimento sustentável do turismo de aventura segundo o ATDI. Já os itens 4 (Recursos de Aventura) e 8 (Marca) apresentaram-se totalmente de acordo com os critérios do ATDI e foram representados na sua totalidade pela cor verde.

Para a promoção do turismo de aventura em Três Coroas, sugere-se o incentivo à atração de nichos menores, com a implementação de atividades inovadoras, que poderiam valorizar o produto sem necessidade de aumento da demanda e da infraestrutura. A implementação de atrações que ofereçam maior grau de dificuldade aos turistas pode atrair um público exclusivo. Isto poderia também, destacar o turismo do município perante outros mercados, por oferecer atrações diferenciadas e específicas. Atração de turistas vindos de outros estados e países aqueceria o comércio e setor hoteleiro do município, pois, pessoas vindas de locais mais distantes tenderiam a ficar mais tempo, utilizando-se mais da infraestrutura turística oferecida, além de uma maior interação com a cultura e população locais.

Outro aspecto que os gestores do turismo em Três Coroas deveriam dar maior atenção, é a qualidade dos seus recursos naturais. A constante preocupação com a preservação dos espaços naturais e qualidade da água é o fundamental para a continuidade das atividades turísticas. Estudos sobre capacidade de carga nos locais onde são praticadas as atividades são imprescindíveis.

A questão da diversificação dos atrativos turísticos também é aspecto a ser considerado para a sustentabilidade do turismo em Três Coroas. Verificou-se que o maior movimento de visitantes está concentrado na área dos parques de turismo de aventura. A constante utilização de um mesmo espaço físico pelo turismo pode causar impactos ambientais, superdimensionamento da infraestrutura e saturação da atividade, assim como ocorre nos processos de massificação do turismo. A delimitação de áreas turísticas e a promoção de novos segmentos de turismo, como ocorre, por exemplo, com o templo budista, pode significar melhor distribuição e aproveitamento do fluxo de turistas, sem sobrecarregar uma área específica. Além disso, um maior leque de opções de atividades turísticas poderia significar uma resposta à sazonalidade do turismo de aventura.

O turismo pode trazer benefícios, porém, também é conhecido o seu potencial destruidor. Os impactos negativos gerados pelo turismo – principalmente o turismo de massa – podem ser de ordem econômica, social e ambiental. São muitos os casos onde destrói seu motivo de existir, o espaço. Localidades antes turísticas perdem sua atratividade e por consequência os benefícios trazidos pelos turistas, tendo que arcar com passivos ecológicos, econômicos e sociais.

O turismo de Três Coroas é baseado fundamentalmente nos recursos naturais encontrados no município. A própria denominação “Cidade Verde” é evidência disso. A partir daí, entende-se que a preocupação com a manutenção dos espaços naturais deva ser de primeira importância para a sustentabilidade do turismo da região. Sendo assim, sugere-se que a implementação de novas atividades turísticas devam ser baseadas no conceito de turismo alternativo e conseqüentemente, na sustentabilidade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABETA. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. **Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil**. V 1, 2008. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/80D660D9457179E6832576B80051DAEF/\\$File/NT0004393E.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/80D660D9457179E6832576B80051DAEF/$File/NT0004393E.pdf)>. Acesso em 07 de Abril de 2015.

_____. **Diagnóstico do turismo de aventura no Brasil** / ABETA e Ministério do Turismo. Belo Horizonte: Ed. dos autores, 2009. 156p. (Série Aventura Segura).

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Turismo de aventura – Condutores – Competências de pessoal**. Rio de Janeiro, Out 2005.

_____. ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Turismo de aventura – Condutores de rafting – Competências de pessoal**. Rio de Janeiro, Abr 2006.

AHSEB. **Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia**. Disponível em: <<http://www.ahseb.com.br/segundo-oms-ideal-e-ter-de-3-a-5-leitos-para-cada-mil-habitantes-no-brasil-indice-medio-e-de-24/>>. Acesso em Março 2016.

ANSARAH. Marília.G.R. **Turismo: como ensinar, como aprender**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

ASTECA. **Associação Trescoroense de Canoagem**. Disponível em: <<https://posuta.com/pt/tres-coroas/organizacao/asteca-associacao-trescoroense-de-canoagem/>>. Acesso em fev de 2016.

ATDI. Adventure Tourism Development Index. **The 2015 Report**. *Adventure Travel Trade Association*. The George Washington University, Washington DC, 2015.

ATTA. **Adventure Travel Trade Association**. Disponível em <<http://www.adventuretravel.biz/>>. Acesso em 12 Out. de 2015.

BAHIA, Mirleide Chaar. Uma análise crítica das atividades de aventura: possibilidades de uma prática consciente e sustentável. In: TEREZANI, Denis Roberto et al. (Org.). **Propostas interdisciplinares para a modalidade canoagem**. Piracicaba: Equilíbrio, 2008. p. 13-25.

BENITES, Lira Luz Lazaro; POLO, Edison Fernandes. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. **Revista de Administração da UFSM**, v. 6, p. 195-210, 2013.

BEZERRA, Givaldo Santos. **Os fundamentos teóricos–conceituais do ecoturismo**. Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe, PE, 2009.

BOULLÓN, Roberto. **Ecoturismo: Sistemas naturales y urbanos**. 3a ed. Buenos Aires: 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde - **Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do**

Brasil – CNES, 2010. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/leiintbr.def>>. Acesso em Fev 2016.

_____. Ministério da Saúde. **Rede Interagencial de Informações para a Saúde – RIPSAs**, 2010. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2011/e03b.def>>. Acesso em Março 2016.

_____. Lei nº 12.651 25 de maio de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura**: orientações básicas. 3a ed. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloas_publicacoes/Turismo_de_Aventura_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2015.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo**: Experiências, Tendências e Inovações - Artigos Acadêmicos / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. DATASUS. **Sistema de Informação da Atenção Básica** – Cadastramento Familiar. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABFbr.def>>. Acesso em Março 2016.

BRITO, Brígida Rocha. O Turista e o Viajante: Contributos para a conceptualização do Turismo Alternativo e Responsável. **IV Congresso Português de Sociologia**, 2000.

CBCa: **Confederação Brasileira de Canoagem**. Disponível em: <<http://www.canoagem.org.br/pagina/index/nome/historia/id/129>>. Acesso em 18 Abril 2015.

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel; AMÂNCIO, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração**, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.

CORREIA, Maria da Conceição. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**, v. 13, n. 2, p. 30-36, Lisboa, 2009.

CYBIS, Luiz Fernando de Abreu et al. **Gerenciamento ambiental integrado da qualidade da água dos reservatórios do sistema Salto de Hidrelétrica (RS)**. 2005.

DA PAIXÃO, Jairo Antônio; DE MENEZES COSTA, Vera Lucia; GABRIEL, Ronaldo Eugênio Calçada Dias. Esporte de aventura e ambiente natural: dimensão preservacional na sociedade de consumo. **Motriz. Revista de Educação Física. UNESP**, v. 15, n. 2, p. 367-373, 2009.

DE PAULA TOFANI, Frederico. Por um modelo de desenvolvimento turístico sustentável para comunidades economica, sociocultural e ambientalmente frágeis. Anais: **Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 8, 2013.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. Editora Atlas, 2003.

DOIRON, Sébastien; WEISSENBERGER, Sebastian. Sustainable dive tourism: Social and environmental impacts—the case of Roatan, Honduras. **Tourism Management Perspectives**, v. 10, p. 19-26, 2014.

ECOTOURISM AUSTRALIA. Disponível em <<http://www.ecotourism.org.au/>>. Acesso em 11 de abril 2015.

EKINCI, Mehmet Behzat. The Cittaslow philosophy in the context of sustainable tourism development; the case of Turkey. **Tourism Management**, v. 41, p. 178-189, 2014.

ELKINGTON, John. Enter the triple bottom line. **The triple bottom line: Does it all add up**, v. 11, n. 12, p. 1-16, 2004.

ELVARSDÓTTIR, Hildur Sólveig. An approach towards sustainable coastal tourism management: nature-based tourism. **Nuup Kangerlua**, Greenland. 2013.

FARMAKI, Anna; ALTINAY, Levent; BOTTERILL, David; HILKE, Sarina. Politics and sustainable tourism: The case of Cyprus. **Tourism Management**, v. 47, p. 178-190, 2015.

FEITOSA, Maria José da Silva; GÓMEZ, Carla Regina Pasa. Aplicação do Tourism Ecological Footprint Method para avaliação dos Impactos Ambientais do Turismo em Ilhas: um estudo em Fernando de Noronha. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 7, n. 2, p. 220-238, 2013.

FENNEL, David A. **Ecoturismo**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002.

GEHLEN, Günther; ANDRIGUETTI, Natália B., DALZUCHIO, Thais; SILVA, Luciano B. Teste de Micronúcleos em *Cyprinus Carpio* para a Avaliação da Qualidade da Água do Rio Paranhana, RS, Brasil. **X Jornada de Iniciação Científica – Meio Ambiente – FZBRS/FEPAM**. Porto Alegre, 12-15 de Agosto de 2014. Disponível em <<http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/JIC/X/genetica.asp>>. Acesso em março 2016.

GIARETTA, Maria José. **Turismo da juventude**. Barueri: Manole 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÖSSLING, Stefan. New performance indicators for water management in tourism. **Tourism Management**, v. 46, p. 233-244, 2014.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.phplang=&codmun=432170&idtema=5&search=rio-grande-do-sul|tres-coroas|servicos-de-saude-2009>>. Acesso em Março, 2016.

JAAFAR, Mastura; MAIDEEN, Siti Aishah. Ecotourism-related products and activities, and the economic sustainability of small and medium island chalets. **Tourism Management**, v. 33, n. 3, p. 683-691, 2012.

JOAQUIM, Graça. Da identidade à sustentabilidade ou a emergência do" turismo

responsável". **Revista de Sociologia-Problemas e Práticas**, v. 12, n. 23, 1997.

KHADRO LING. **Templo Budista de Três Coroas, RS**. Disponível em <<http://kl.chagdud.org/>>. Acesso em Abril 2015.

KUENZI, Caroline; MCNEELY, Jeff. Nature-based tourism. In: **Global Risk Governance**. Springer Netherlands, 2008. p. 155-178.

LEE, Tsung Hung; HSIEH, Hsin-Pei. Indicators of sustainable tourism: A case study from a Taiwan's wetland. **Ecological Indicators**, v. 67, p. 779-787, 2016.

LEME, Fernanda Beraldo Maciel; NEVES, Sandro Campos. Dos ecos do turismo aos ecos da paisagem: análises das tendências do ecoturismo e a percepção de suas paisagens. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 5, n. 2, p. 209-223, 2007.

LI, Gang; YANG, Xinjun; LIU, Qian, ZHENG, Frang. Destination island effects: A theoretical framework for the environmental impact assessment of human tourism activities. **Tourism Management Perspectives**, v. 10, p. 11-18, 2014.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MACLEOD, Donald. Turismo Alternativo: uma análise comparativa do seu significado e do impacto por ele causado. **Turismo Global**, São Paulo: Ed. SENAC, p. 165-180, 2001.

MOLINA, Sergio E. **Turismo e Ecologia**. São Paulo: EDUSC, 2001.

MARCHI, Kátia Bortolotti; MEZZADRI, Fernando Marinho. História da Canoagem e Do Rafting. **Anpuh – XXII Simpósio Nacional De História** (Anais). João Pessoa, 2003.

NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Viviane Melo; SCHLINDWEN, Marcelo Nivert. Eu e a Brisa: reflexões sobre a experiência da viagem no turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 114-135, 2008.

NEW ZEALAND. Disponível em <<http://www.newzealand.com/br/feature/national-parks-aoraki-mount-cook/>>. Acesso em Jun. 2016.

OLIVEIRA, Sérgio Domingos de. A Certificação do Turismo de Aventura no Brasil e o papel das Universidades no contexto da operação segura e responsável. **V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL** – Caxias do Sul, 27 e 28 de julho de 2008.

PARANHANA. Disponível em <<http://www.paranhana.org.br/transparencia.php>>. Acesso em março 2016.

PARQUE DAS LARANJEIRAS. Disponível em <<http://parquedaslaranjeiras.com.br>>. Acesso em set. de 2016.

PEÑALVER TORRES, María Teresa. Un turismo alternativo: reutilización de molinos y almazaras. **Cuadernos de Turismo**, n. 2, p. 147-158, 1998.

PIRES, Paulo dos Santos. A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo: visão e ação**, v. 1, n. 1, p. 75-92, 1998.

_____, Paulo dos Santos. “Capacidade de carga” como paradigma de gestão dos impactos da recreação e do turismo em áreas naturais. **Revista Turismo em Análise**, v. 16, n. 1, p. 5-28, 2005.

PORTAL SANEAMENTO BÁSICO. Disponível em: <<http://www.saneamentobasico.com.br/portal/>>. Acesso em Março 2016.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2010. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/tres-coroas_rs>. Acesso em Mar 2016.

PRATT, Lawrence; RIVERA, Luis; BIEN, A. Tourism: Investing in energy and resource efficiency. **UNEP, Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication**, 2011.

QUEBEC DECLARATION. World Ecotourism Summit: Final Report Quebec City. 2002.

WORLD COMISSION ON ENVIROMENTAL AND DEVELOPMENT (WCED). **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade: uma visão humanista. **Ambiente & sociedade**, n. 5, p. 233-240, 1999.

RIO 2016. Disponível em <<https://www.rio2016.com/canoagem-slalom>>. Acesso em Set. 2016.

RODRIGUES, Carla. **Turismo de Natureza** – O desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer. ICN, Lisboa, 2002.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

_____, Doris; PAOLUCCI, Luciana; MACIEL, Nelson Antonio Leite. Capacidade de carga no planejamento turístico: Estudo de caso da Praia Brava–Itajaí frente à implantação do Complexo Turístico Habitacional Canto da Brava. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 2, n. 2, p. 41-63, 2008.

RESCUE 3 INTERNATIONAL. Disponível em: <<http://www.rescue3international.com/>>. Acesso em jan. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. **Ministério Público**, 2011. Disponível em <<http://www.mprs.mp.br/imprensa/noticias/id23832.html?impessao=1>>. Acesso em Março, 2016.

_____. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/qualidade_sinos/sinos.asp>. Acesso em fev 2016.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Boletim – Panorama do Turismo de Aventura no Brasil**. Boletim de inteligência, 2015. Disponível em <<http://www.sebraemercados.com.br/boletim-panorama-do-turismo-de-aventura-no-brasil/>>. Acesso em Março, 2016.

SMITH, Valene L.; EADINGTON, William R. **Tourism alternatives: Potentials and problems in the development of tourism**. University of Pennsylvania Press, 1992.

STEWART, Emma J. et al. The “place” of interpretation: A new approach to the evaluation of interpretation. **Tourism management**, v. 19, n. 3, p. 257-266, 1998.

THEOBALD, William. **Turismo global**. São Paulo, Senac, 2001.

TIGER IN THE FOREST: **Sustainable Nature-Based Tourism in Southeast Asia**, March 2003. American Museum of Natural History’s Center for Biodiversity and Conservation in collaboration with the Wildlife Conservation Society and World Wildlife Fund. Disponível em: <<http://cbc.amnh.org/symposia/archives/tigerintheforest/>>. Acesso em 06 abril 2015.

TRÊS COROAS. Lei Orgânica do Município de 22 de fevereiro de 1990. Disponível em <<http://www.trescoroas.rs.gov.br/prefeitura/leis-municipais?start=75>>. Acesso em Março 2016.

_____. Lei Municipal nº 2.546 de 10 de Outubro de 2006. Disponível em <<http://www.trescoroas.rs.gov.br/prefeitura/leis-municipais?start=75>>. Acesso em Março 2016.

_____. **Prefeitura Municipal de Três Coroas**. Disponível em <<http://www.trescoroas.rs.gov.br/>>. Acesso em Março 2016.

TURISMO DE PORTUGAL, I. P. **Turismo de Natureza: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do Turismo de Portugal**. 2006.

UNWTO: **Global Report on Adventure Tourism**. AM Reports, volume nine. Madrid, 2014.

UNWTO. **United Nations World Tourism Organization**. Disponível em <<http://sdt.unwto.org/en/content/ecotourism-and-protected-areas>>. Acesso em 07 abril 2015.

VALENTINE, Peter. Review: nature-based tourism. In **Special interest tourism** (p. 105-127). London, Great Britain: Belhaven Press, 1992.

XIE, Phillip. Feifan; GU, Kai. The changing urban morphology: Waterfront redevelopment and event tourism in New Zealand. **Tourism Management Perspectives**, v. 15, p. 105-114, 2015.

WEAVER, David B. Alternative to mass tourism in Dominica. **Annals of Tourism Research**, v. 18, n. 3, p. 414-432, 1991.

WESTERN, Donald. Definindo ecoturismo. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo, um guia para planejamento e gestão**. SENAC, São Paulo, 2002.

WAGAR, J. Alan. The carrying capacity of wild lands for recreation. **Forest Science**, v. 10, n. Supplement 7, 1964.

WWF. **World Wide Fund for Nature**. Disponível em: http://www.wwf.org.au/our_work/saving_the_natural_world/forests/forests_work/heart_of_borneo/solutions/ecotourism/. Acesso em 11 de abril 2015.

APÊNDICE A
INSTRUMENTO DE PESQUISA: EMPRESAS TURÍSTICAS

1. Perfil do entrevistado

Sexo: (M) (F) Idade:..... Escolaridade:.....

2. Qual sua cidade de origem?

3. Quantos funcionários têm a empresa?

4. Qual nível de capacitação é exigido dos funcionários para coordenar as atividades?

5. Qual o número de turistas atendidos mensalmente?

6. Qual é o perfil dos turistas? Maioria de homens, mulheres, casais, solteiros?

7. Há sazonalidade no fluxo de turistas? Qual o período de maior fluxo?

8. Qual o rendimento médio da empresa?

9. Existem estudos sobre a capacidade de carga dos locais utilizados para as atividades?

10. Como é a organização do turismo no município, há sindicatos, instituições de apoio e suporte, ONG's, etc.?

11. A população está inserida no planejamento do turismo?

12. O turismo possui papel determinante no desenvolvimento do município?

13. Qual o papel do poder público no turismo de Três Coroas?

14. Estão cientes de que turismo de natureza, ecoturismo e turismo de aventura são formas de turismo diferentes? Acham relevante esse conhecimento para seus serviços?

Por quê?

15. As atividades comercializadas interferem de alguma maneira na preservação do meio ambiente? Se sim, por que motivos?

16. Você gostaria de fazer outras considerações a respeito do turismo no município?

APÊNDICE B
INSTRUMENTO DE PESQUISA: DIRETOR DE TURISMO DE TRÊS COROAS, RIO
GRANDE DO SUL

1. Perfil do entrevistado

Sexo:

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Cargo:

1. O plano diretor do município de Três Coroas contempla o turismo como fator estratégico de desenvolvimento social e econômico. É possível notar esse desenvolvimento na sociedade?
2. Existem dados que relacionem desenvolvimento socioeconômico e turismo?
3. Há informação sobre impactos sociais, econômicos e ambientais causados pelo turismo? Quais?
4. Existem informações sobre receitas geradas pelo turismo para o município?
5. A população está inserida no planejamento e execução do turismo? De que forma?
6. Como se dá a relação entre o poder público e os empreendimentos de turismo de natureza do município de Três Coroas?
7. O senhor tem conhecimento dos empreendimentos voltados para o turismo que são de empresários locais? E de empregos gerados pelo turismo?
8. A cidade adota o *slogan* "cidade verde". O conceito de sustentabilidade é considerado no desenvolvimento do turismo? De que forma?
9. Existe controle do número de visitantes? Se não, há previsão de realização de estudos para definir uma capacidade de carga?
10. Que medidas de controle ambiental são empregadas pelo município para a preservação dos espaços reservados ao turismo?

APÊNDICE C
CHECKLIST UTILIZADO NA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.

	Compatibilidade ambiental (de acordo)		Qualidade da estrutura	
Transporte	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
Estradas (acessos)	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
Lixeiras	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
Equipamentos (escadas, corrimões, pontes)	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
Trilhas	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
Interpretação ambiental	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
Folheteria	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
Vídeos	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
Banheiros (vestiários)	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
Equipamento de segurança	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
Enfermaria	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
Placas indicativas	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
Estacionamento	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
Venda de souvenir	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
Alimentação	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
Quantidade de turistas	() Sim	() Não	() Boa	() Ruim
	Existe			
Livro de entrada	() Sim	() Não		
Livro de saída	() Sim	() Não		
Educação ambiental	() Sim	() Não		
Lixo aparente	() Sim	() Não		
Fauna nativa	() Sim	() Não		
Guias capacitados	() Sim	() Não		